

Boletim Mensal de Estatística

JULHO 2023



Título

Boletim Mensal de Estatística - julho 2023

Editor

Instituto Nacional de Estatística, IP
Av. António José de Almeida, 2
1000 - 043 Lisboa
Portugal

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, IP

Publicação periódica

Mensal

Multitemas**Edição digital**

ISSN 0032-5082

ERRATA

Página 13 - Texto atualizado em 25-09-2023

Página 32 - Gráficos atualizados em 25-09-2023



Apoio | ao utilizador

218 440 695

Chamada para rede fixa nacional

O INE, IP na Internet

www.ine.pt

© INE, IP, Lisboa • Portugal, 2023

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



Índice

- 4** Índice de Produção Industrial – maio de 2023
- 6** Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria – maio de 2023
- 8** Estatísticas da Produção Industrial 2022 – Dados Provisórios
- 9** Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego – junho de 2023
- 11** Estatísticas do Rendimento a Nível Local – 2021
- 13** Índice de Produção, Emprego e Remunerações na Construção – maio de 2023
- 14** Estatísticas da construção e da habitação – 2022
- 16** Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – junho de 2023
- 17** Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – junho de 2023
- 18** Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local – 1.º Trimestre de 2023
- 20** Comércio Internacional, Estimativa rápida – 2.º trimestre de 2023
- 21** Estatísticas do Comércio Internacional – maio de 2023
- 23** Perspetivas de Exportação de Bens, 2023 – 2.ª previsão
- 24** Estudo sobre Estatísticas das Empresas - Práticas de Gestão – 2022
- 25** Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – maio de 2023
- 27** Índice de Custos de Construção de Habitação Nova – maio de 2023
- 28** Índice de Preços no Consumidor – junho de 2023
- 30** Índices de Preços na Produção Industrial – junho de 2023
- 31** Estimativa Rápida do IPC/IHPC – julho de 2023
- 32** Estatísticas Vitais – Dados mensais, junho de 2023
- 34** Conta Satélite da Saúde – 2020-2022Pe
- 37** Procura Turística dos Residentes – 1.º trimestre de 2023
- 39** Atividade Turística – maio de 2023
- 42** Estatísticas do Turismo 2022
- 44** Atividade Turística, Estimativa Rápida – junho de 2023
- 46** Estatísticas Rápidas do Transporte Aéreo – maio de 2023
- 48** Síntese Económica de Conjuntura – junho de 2023
- 50** Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – julho de 2023
- 52** Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – junho de 2023
- 53** Estatísticas Agrícolas – 2022
- 55** Conta Satélite da Economia Social – 2019-2020
- 56** Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida, 2.º trimestre de 2023

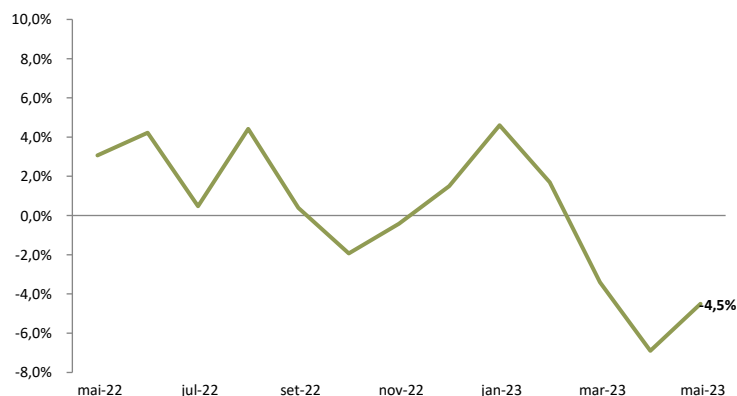
Produção industrial registou variação homóloga de -4,5% em maio



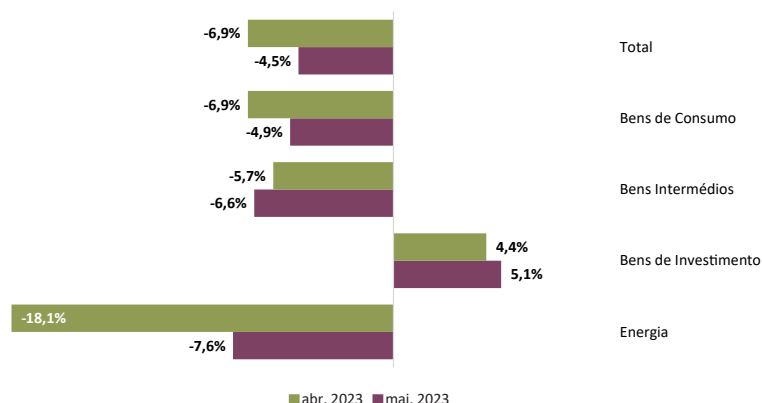
Em maio de 2023, em termos homólogos e considerando os efeitos de calendário e da sazonalidade:

- O Índice de Produção Industrial (IPI) registou uma redução de 4,5% (-6,9% em abril);
- Excluindo o agrupamento “Energia”, a variação foi de -4,0% (-4,5% no mês precedente);
- A taxa de variação da secção “Indústrias Transformadoras” situou-se em -4,2% (-4,9% em abril); e
- Os grandes agrupamentos industriais que compõem o índice apresentaram variações negativas, exceto o de “Bens de Investimento”.

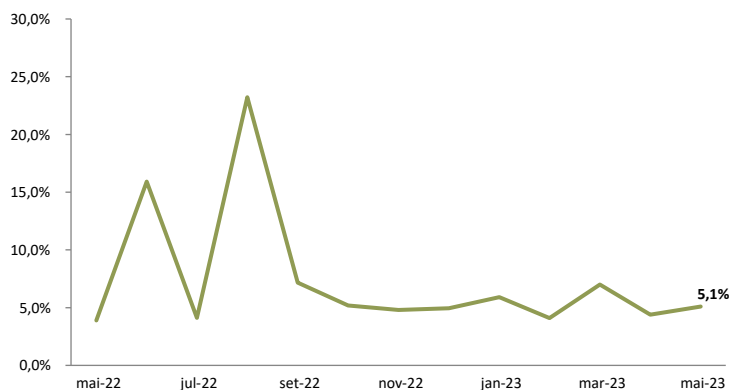
Índice de Produção Industrial
(variação homóloga)
Total



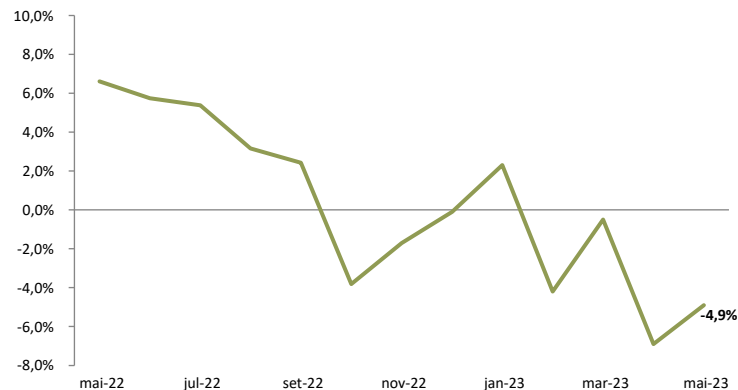
IPI - Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação homóloga)



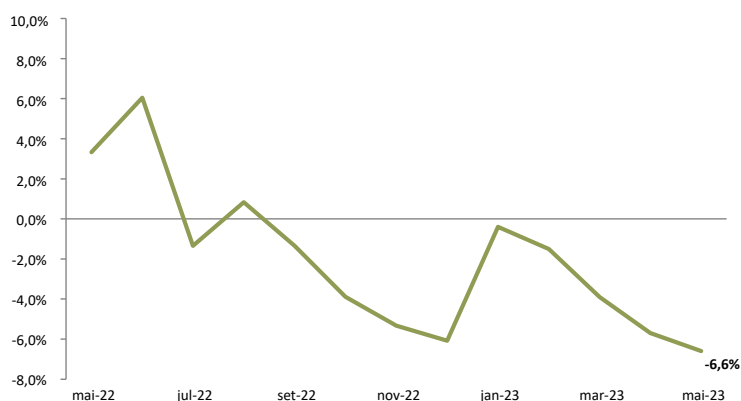
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens de Investimento



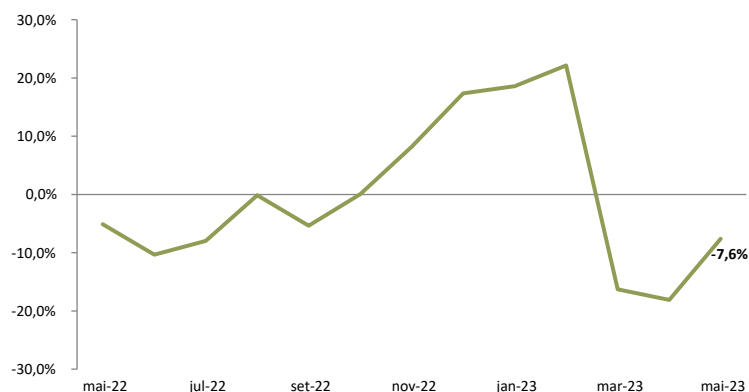
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens de Consumo



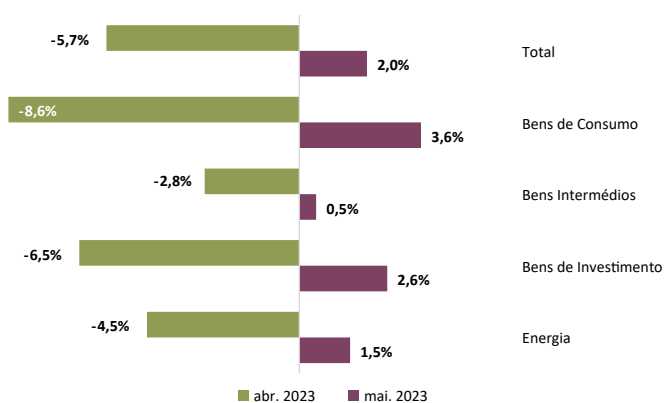
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens Intermédios



Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Energia



IPI - Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação mensal)



No que respeita à variação mensal, em abril de 2023:

- O IPI registou um acréscimo de 2,0% (no mês anterior, tinha diminuído 5,7%); e
- Todos os grandes agrupamentos industriais apresentaram contributos positivos para a variação do índice total, destacando-se, pela sua intensidade, o do agrupamento “Bens de Consumo”.

Mais informação:
Índice de Produção Industrial – maio de 2023
3 de julho 2023

Volume de Negócios na Indústria diminuiu 1,7%

Em maio de 2023, face ao mesmo mês do ano anterior:

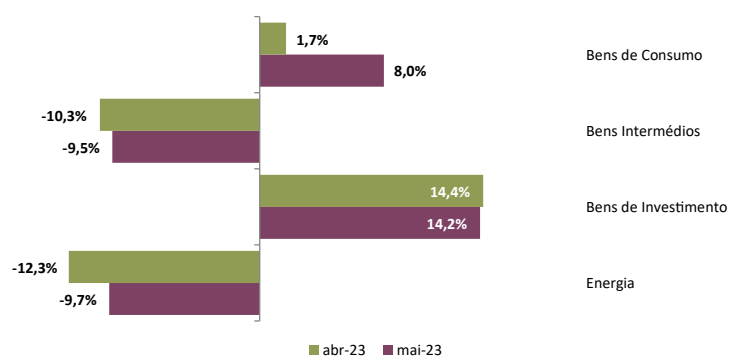
- O Índice de Volume de Negócios na Indústria (IVNEI) apresentou uma variação nominal de -1,7% (-4,3% em abril);
- Excluindo o agrupamento “Energia”, as vendas na Indústria aumentaram 0,6% (redução de 2,0% no mês anterior);
- O índice relativo ao mercado nacional diminuiu 1,4% (-5,7% em abril);
- O índice relativo ao mercado externo decresceu 2,2% (-2,7% no mês anterior);



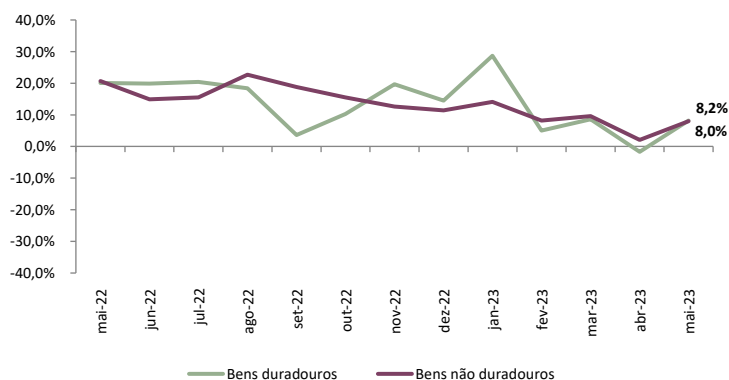
Volume de Negócios na Indústria
(variação homóloga)
Total



Volume de Negócios na Indústria - Grandes agrupamentos
(variação homóloga)



Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens de consumo



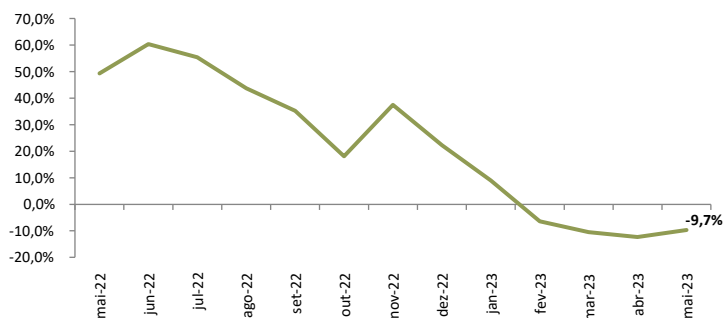
Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens intermediários



Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens de investimento

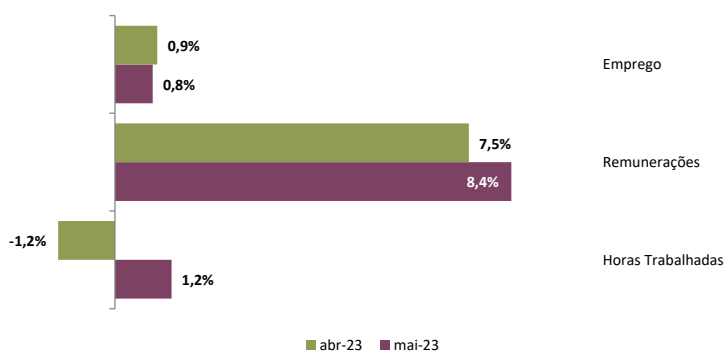


Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Energia

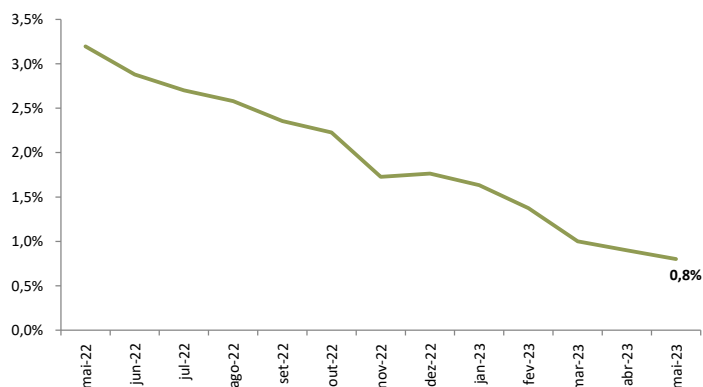


- O índice de emprego cresceu 0,8%;
- O índice de remunerações subiu 8,4%; e
- O índice de horas trabalhadas, ajustado de efeitos de calendário, aumentou 1,2%.

Índices de Emprego, de Remunerações e de Horas Trabalhadas
(variação homóloga)



Índice de Emprego na Indústria (variação homóloga)
Total



Índice de Emprego na Indústria* (variação homóloga)
Horas trabalhadas
ajustadas de efeitos de calendário



* Valores ajustados de efeitos de calendário

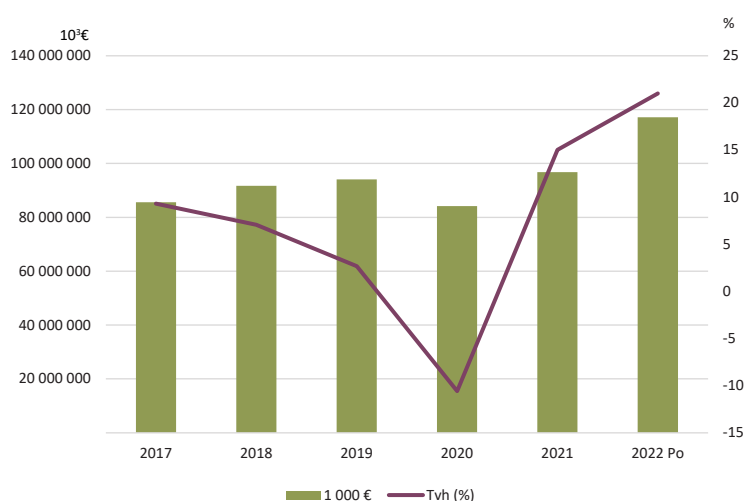
Face ao mês anterior, o IVNEI registou uma variação de 13,8% em maio de 2023, o que compara com 10,7% em maio de 2022.

Produção industrial aumentou 21,0%, em termos nominais, refletindo o aumento significativo dos preços

De acordo com dados provisórios do Inquérito Anual à Produção Industrial, em 2022:

- As vendas de produtos e prestação de serviços nas “Indústrias transformadoras” (Divisões 10 a 33, 35 e 38 da CAE Rev. 3) fixaram-se em 117,2 mil milhões de euros;
- Este valor representa um aumento (taxa de variação nominal) de 21,0% face aos 96,8 mil milhões de euros registados em 2021;
- Relativamente a 2019, registou-se um crescimento de 24,5%.

Vendas de produtos e prestação de serviços industriais



Este crescimento foi significativamente impulsionado pelo aumento dos preços: o Índice de Preços na Produção Industrial registou um acréscimo homólogo de 20,5% em 2022.

Em termos de atividades, esta variação positiva resultou sobretudo dos contributos:

- Da “Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis” (Divisão 19), com +5,5 p.p.;
- Das “Indústrias alimentares” (Divisão 10), com +3,1 p.p.; e
- Da “Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos” (Divisão 17), com +1,8 p.p.

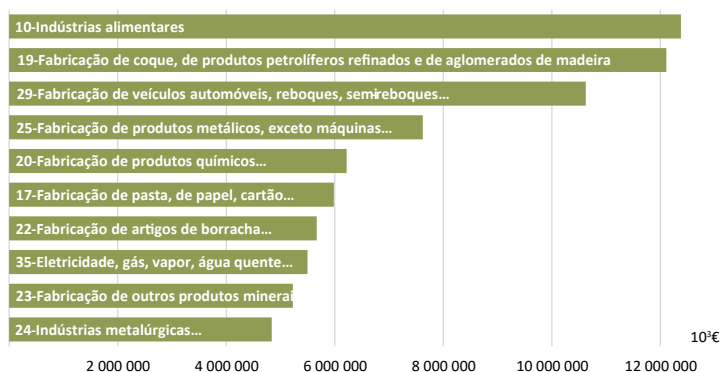
Estas divisões estão entre as que registaram as maiores variações de preços na produção industrial em 2022 face a 2021, destacando-se o aumento de 26,4% na Divisão 10.

Ainda em termos de atividades, as divisões com maior peso relativo no total das vendas de produtos e prestação de serviços foram:

- As “Indústrias alimentares” (Div.10), com 13,2% (+23,8% e +29,3% face a 2021 e 2019, respetivamente);
- A “Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis” (Div.19), com 10,3% (+79,3% face a 2021); e
- A “Fabricação de veículos automóveis” (Div.29), com 9,1% (+12,9% face a 2021).

Entre os produtos mais vendidos, continuaram a destacar-se os “Gasóleos e Marine Diesel” e a “Gasolina para motores”, seguidos por “Outras partes e acessórios para veículos automóveis, tratores e veículos para usos especiais (...)” e “Veículos automóveis ligeiros de passageiros (...)”.

Vendas de produtos e prestação de serviços por atividade (Divisão da CAE Rev. 3) em 2022 (dados provisórios)



Em junho, as taxas de desemprego e de subutilização do trabalho mantiveram-se em 6,4% e 11,7%, respectivamente

As estimativas mensais apresentadas correspondem a trimestres móveis, cujo mês de referência é o respetivo mês central. Assim, as estimativas provisórias para junho compreendem os meses de maio, junho e julho, enquanto as estimativas definitivas para maio incluem os meses de abril, maio e junho.

As estimativas são calculadas considerando a população de 16 a 74 anos e os valores são ajustados do efeito de sazonalidade.

Em junho de 2023 (resultados provisórios):

- A população ativa (5 280,6 mil pessoas) aumentou face ao mês anterior (correspondendo a uma variação relativa quase nula), por comparação com março de 2023 (0,1%) e relativamente a junho de 2022 (1,9%);
- A população empregada (4 944,1 mil) registou uma variação relativa positiva comparativamente ao mês anterior (0,1%), a três meses antes (0,5%) e a um ano antes (1,5%);
- A população desempregada (336,5 mil) diminuiu em relação ao mês anterior (0,7%) e a três meses antes (6,5%), e aumentou face a junho de 2022 (8,5%);
- A taxa de desemprego situou-se em 6,4%, valor idêntico ao de maio de 2023, inferior ao de março do mesmo ano (0,4 p.p.) e superior ao do mesmo mês do anterior (0,4 p.p.);
- A população inativa (2 407,6 mil) manteve-se praticamente inalterada face ao mês anterior e diminuiu relativamente a três meses e a um ano antes (0,1% e 2,9%, respetivamente); e
- A taxa de subutilização do trabalho situou-se em 11,7%, o mesmo valor que no mês anterior, inferior em 0,4 p.p. ao de três meses antes, mas superior em 0,2 p.p. ao de junho de 2022.

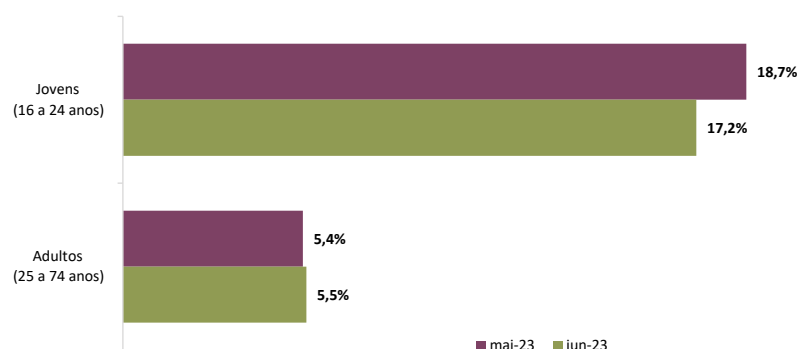
Taxa de desemprego
(valores ajustados de sazonalidade)



Nota: O valor para o período mais recente é uma estimativa provisória.



Taxa de desemprego de jovens e adultos maio e junho de 2023



Notas: Valores ajustados de sazonalidade.
O valor para o período mais recente é uma estimativa provisória.

Taxa de subutilização do trabalho (valores ajustados de sazonalidade)



Nota: O valor para o período mais recente é uma estimativa provisória.



Em maio de 2023:

- A população ativa (5 279,6 mil) diminuiu face a abril e a fevereiro de 2023 (0,1% em ambos os casos), e também relativamente a maio de 2022 (1,9%);
- A população empregada (4 940,7 mil) aumentou em relação aos três períodos de comparação (mês anterior, três meses antes e mês homólogo do ano anterior): 0,3%, 0,6% e 1,5%, respetivamente;
- A população desempregada (338,9 mil) registou decréscimos de 1,6% em relação a abril de 2023 e de 6,2% face a fevereiro do mesmo ano, tendo aumentado 8,2% por comparação com um ano antes;
- A taxa de desemprego situou-se em 6,4%, valor inferior em 0,1 p.p. ao do mês anterior e em 0,5 p.p. ao de três meses antes, mas superior em 0,4 p.p. ao de um ano antes;
- A população inativa (2 407,6 mil) diminuiu relativamente a abril e a fevereiro de 2023 (0,3% em ambos os casos) e também face a maio de 2022 (2,9%); e
- A taxa de subutilização do trabalho situou-se em 11,7%, representando um decréscimo em relação ao mês anterior e a três meses antes (0,1 p.p. e 0,4 p.p., respetivamente), e um acréscimo por comparação com um ano antes (0,1 p.p.).

3/4 dos municípios reduziram a desigualdade na distribuição do rendimento entre 2020 e 2021



Em 2021, o valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo:

- Atingiu 10 128 € para o conjunto do País, o que representa um aumento de 4,8% face ao ano anterior (+1,3% em 2020);
- Ao nível de NUTS III, apresentou os registos mais elevados, superiores à referência nacional, nas regiões:

» Área Metropolitana de Lisboa (AML): 11 708 €;

» Região de Leiria: 10 367 €;

» Região de Coimbra: 10 351 €;

» Região de Aveiro: 10 307 €; e

» Alentejo Central: 10 243 €;

e os mais baixos nas regiões:

» Alto Tâmega: 8 202 €;

» Tâmega e Sousa: 8 568 €; e

» Douro: 8 943 €; e

- Ao nível de municípios:

» Todos registaram um aumento do valor, que, em mais de 35%, cresceu acima do país;

» Em 83%, observou-se uma subida da taxa de variação anual;

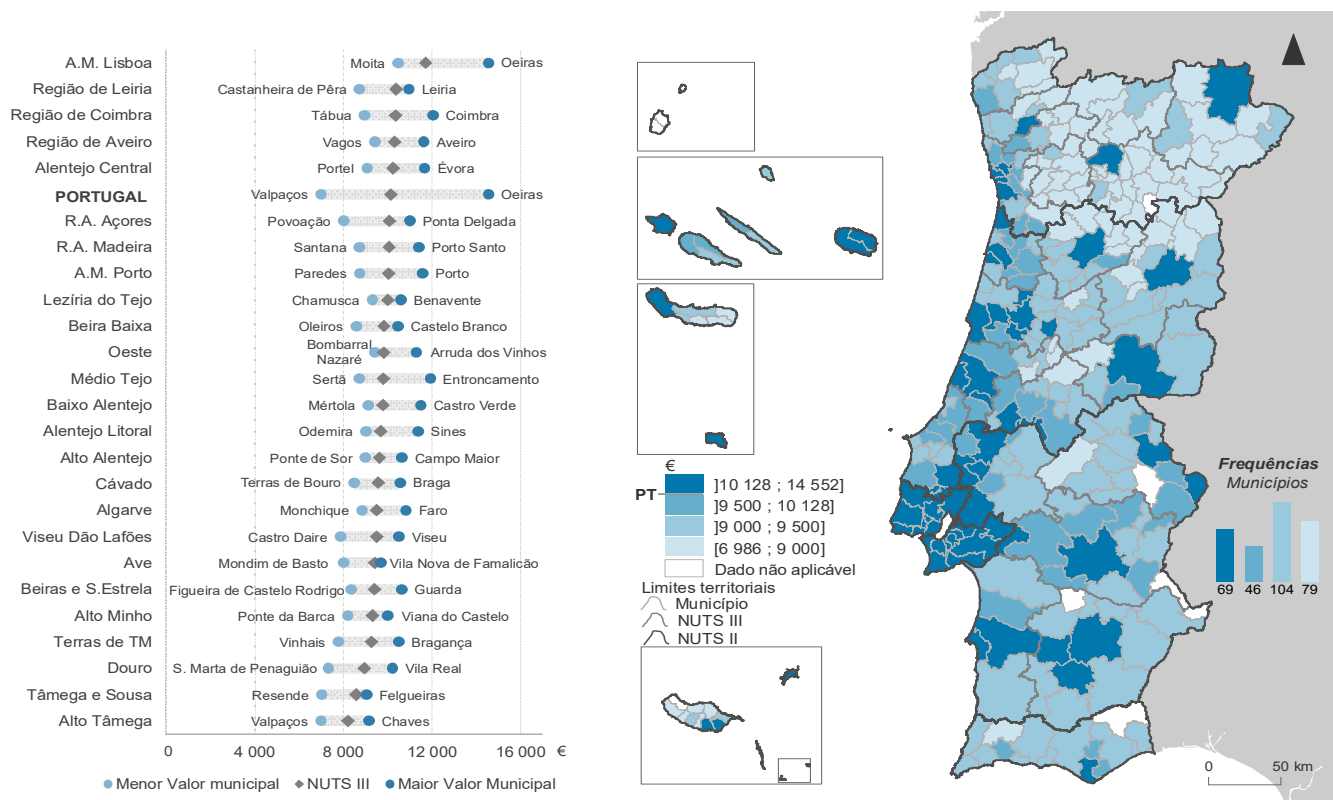
» Esteve acima do valor de referência nacional em 69 municípios (mais um que em 2020): os 18 da AML, 22 do Centro, 13 do Alentejo, sete do Norte, cinco da Região Autónoma dos Açores, três da Região Autónoma da Madeira e um do Algarve;

» Registou os valores mais elevados em Oeiras (14 452 €), Lisboa (13 378 €), Cascais (12 296 €), Alcochete (12 239 €) e Coimbra (12 055 €); e

» Apresentou valores superiores a 10 000 € em todos os municípios da Área Metropolitana de Lisboa.



Valor mediano do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, Portugal,
NUTS III e município, 2021



Nota: Apresentam-se resultados para os municípios com 2 000 ou mais sujeitos passivos.

Ainda em 2021:

- O coeficiente de Gini¹ do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo era de 36,1%, evidenciando uma ligeira redução na desigualdade da distribuição do rendimento face a 2020 (36,4%);
- Em 30 municípios, a desigualdade na distribuição do rendimento foi superior à do país, destacando-se os municípios de Lisboa (42,5%), Porto (42,0%), Vila do Porto (40,7%) e Cascais (40,6%); e
- Relativamente a 2020, 75% dos municípios apresentaram uma redução da assimetria do rendimento bruto declarado deduzido do IRS liquidado por sujeito passivo, sendo a mais expressiva no município de Vila do Porto (-1,7 p.p.).

¹ Indicador de desigualdade na distribuição que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os sujeitos passivos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se encontra num único sujeito passivo).

Produção na Construção cresceu 5,3%

Em maio de 2023, o Índice de Produção¹ cresceu 5,3% em termos homólogos (+0,2 p.p. que no mês anterior)². Esta variação traduz crescimentos ligeiramente superiores* em ambos os segmentos que integram o sector:

- “Construção de Edifícios”: 3,2% (3,1% em abril); e
- “Engenharia Civil”: 8,5% (8,2% em abril).

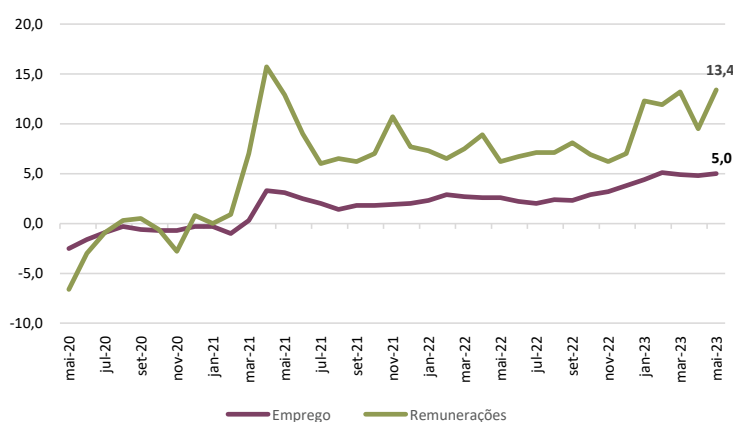
Registaram-se ainda, no sector da Construção, os seguintes crescimentos homólogos:

- Índice de Emprego: 5,0% (4,8% no mês anterior); e
- Índice de Remunerações: 13,4% (9,5% no mês anterior).

Índice de Produção na Construção
(variação homóloga)



Índices de Emprego e de Remunerações
(variação homóloga)



No que respeita a variações em cadeia, em maio de 2023 foram apuradas as seguintes taxas no sector da Construção:

- Índice de Produção total: 0,3% (-0,3% em abril);
- Índice de Produção – “Construção de Edifícios”: 0,3% (-0,6% em abril);
- Índice de Produção – “Engenharia Civil”: 0,3% (0,3% em abril);
- Índice de Emprego: 0,5% (0,4% no mês anterior); e
- Índice de Remunerações: 3,8% (0,2% no mês anterior).

* Texto atualizado.

¹ Média móvel de 3 meses ajustada de efeitos de calendário e sazonalidade.

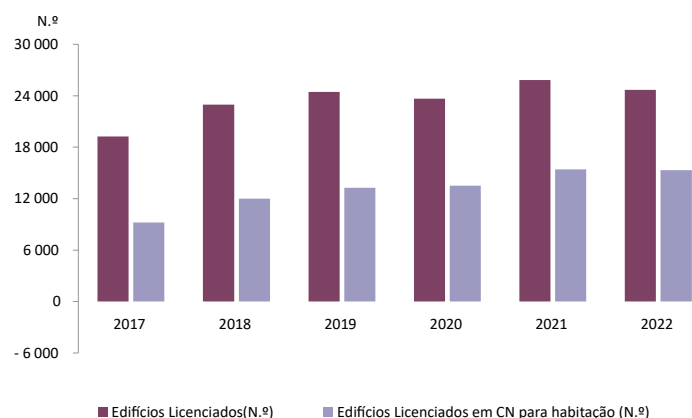
² Com o Destaque a partir do qual foi elaborada esta síntese, o INE inicia a publicação de novas séries de Índices de Produção, Emprego e Remunerações na Construção, com valores retrospectivos desde janeiro de 2005 e tendo como ano base 2021=100. As novas séries substituem as anteriores, que tinham como ano base 2015=100.

Licenciamento e construção de obras diminuíram e preços da habitação continuaram a aumentar

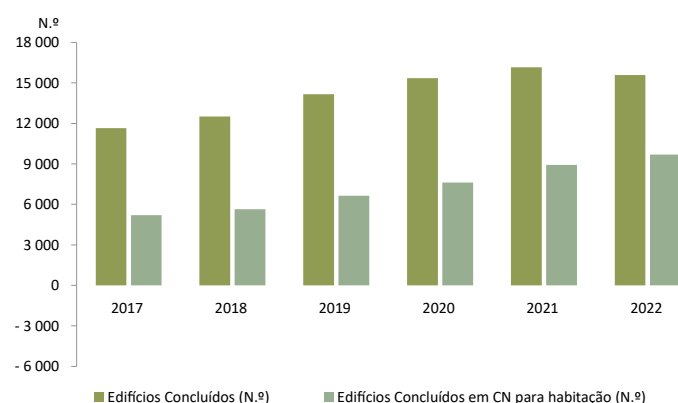
Em 2022, em Portugal:

- Foram licenciados:
 - » 24 696 edifícios, o que representa uma redução de 4,4% em relação ao ano anterior (+9,3% em 2021) e um crescimento de 1,0% face a 2019;
 - » 37 458 fogos, um decréscimo homólogo de 0,5% (+9,5% em 2021, que teve 37 636 fogos licenciados) e um acréscimo de 5,9% face a 2019;
- Foram concluídos:
 - » 15 588 edifícios, uma diminuição de 3,5% relativamente ao ano anterior (+5,3% em 2021) e um acréscimo de 10,0% comparando com 2019;
 - » 22 489 fogos, isto é, -0,1% face ao ano precedente (+13,1% em 2021, com 23 522 fogos) e +42,2% face a 2019;

Edifícios Licenciados – Total e em construções novas para habitação



Edifícios Concluídos – Total e em construções novas para habitação



Número de transações de alojamentos, total nacional, existentes e novos, 2016 – 2022



- Foram transacionadas 167 900 habitações, o que constitui um novo máximo da série, iniciada em 2009, e representa um crescimento de 1,3% (2 218 alojamentos) relativamente ao ano anterior, que foi o mais reduzido desde 2012, excetuando o ano de 2020, fortemente condicionado pelo efeito da pandemia COVID-19;

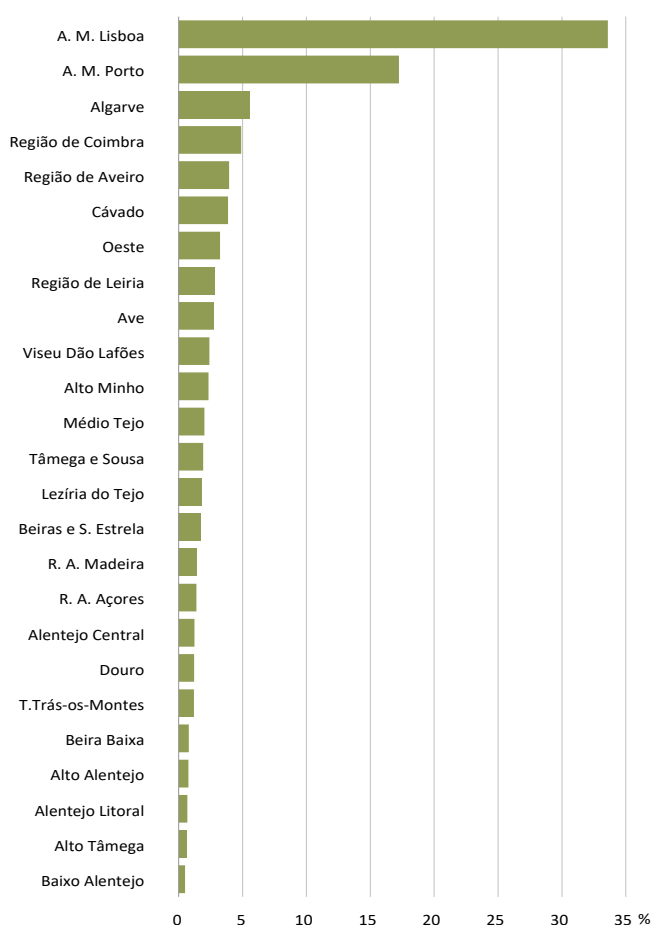
- O valor das habitações transacionadas ascendeu a 31,8 mil milhões de euros, mais 13,1% que em 2021;
- Realizaram-se aproximadamente 120 000 avaliações bancárias no âmbito da concessão de crédito à habitação (-2,7% que em 2021);
- O preço mediano de alojamentos familiares transacionados foi 1 484 €/m², o que representa um aumento de 14,4% face ao ano anterior;

O preço mediano da habitação manteve-se acima do valor nacional nas sub-regiões:

- » Algarve: 2 339 €/m²;
- » Área Metropolitana de Lisboa: 2 096 €/m²;
- » Área Metropolitana do Porto: 1 607 €/m²; e
- » Região Autónoma da Madeira: 1 571 €/m²;

- Foram celebrados 92 664 novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, o que corresponde a um acréscimo de 9,4% relativamente a 2021; e
- A renda mediana dos novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares atingiu 6,52 €/m², aumentando 7,9% face a 2021 (+5,5% no ano anterior);

Proporção de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares no total de novos contratos de arrendamento do país, NUTS III, 2022



O valor das rendas situou-se acima do valor nacional nas sub-regiões:

- » Área Metropolitana de Lisboa: 9,86 €/m²;
- » Algarve: 7,47 €/m²;
- » Região Autónoma da Madeira: 7,35 €/ m²; e
- » Área Metropolitana do Porto: 7,14 €/ m².

A Área Metropolitana de Lisboa concentrou mais de um terço dos novos contratos de arrendamento (31 123). As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto representaram, em conjunto, 50,8% do total de novos contratos do país, e o Algarve 5,6%. O Baixo Alentejo apresentou o menor número de novos contratos de arrendamento (459).

Juros representam mais de metade da prestação pelo segundo mês consecutivo

Em junho de 2023:

- A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação aumentou para 3,649%, valor superior em 25,1 pontos base¹ (p.b.) ao do mês anterior e o mais elevado desde abril de 2009;

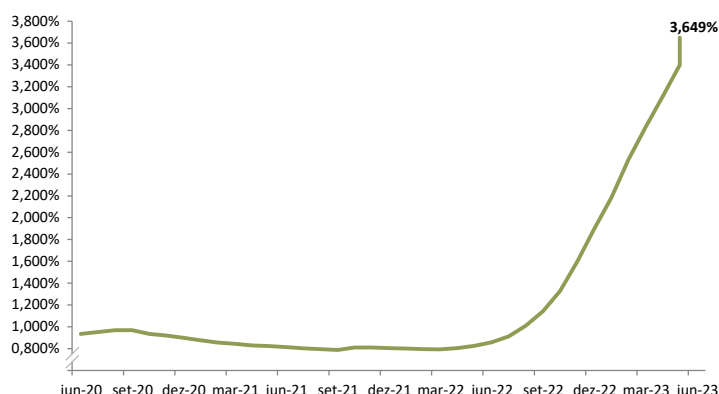
Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro subiu para 4,132%, o que traduz um acréscimo de 25,0 p.b. face ao mês precedente, atingindo o valor mais elevado desde maio de 2012;

- Para o destino de financiamento “Aquisição de habitação” (o mais relevante no conjunto do crédito à habitação), a taxa de juro implícita fixou-se em 3,631% (+24,8 p.b. que em maio);

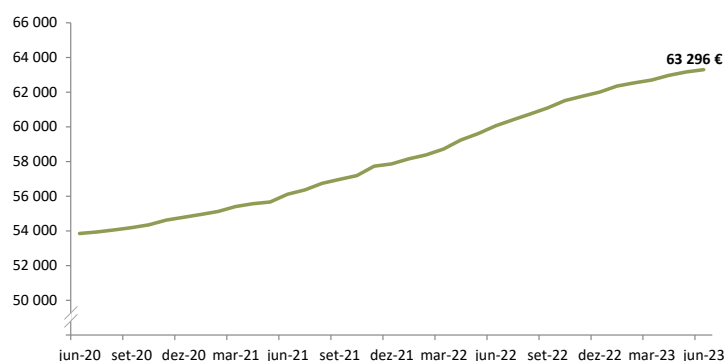
Nos contratos desta natureza celebrados nos últimos 3 meses, a taxa aumentou para 4,123% (+25,2 p.b. face ao mês precedente);



Taxa de juro implícita nos contratos de crédito à habitação



Capital médio em dívida



- Considerando a totalidade dos contratos, o valor médio da prestação mensal registou um aumento de 9 euros face ao mês anterior e de 100 euros relativamente a junho de 2022, fixando-se em 361 euros. Deste valor, 192 euros (53%) correspondem a pagamento de juros e 169 euros (47%) a capital amortizado;

Registe-se que, em junho de 2022, a componente de juros representava 16% do valor médio da prestação mensal (261 euros);

- Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, o valor médio da prestação subiu 18 euros face ao mês anterior, para 609 euros (um aumento de 48,9% face a junho de 2022); e
- O capital médio em dívida para a totalidade dos contratos registou um acréscimo de 127 euros face a maio, fixando-se em 63 296 euros;

Para os contratos celebrados nos últimos 3 meses, o montante médio em dívida foi 122 570 euros, menos 1 495 euros que no mês anterior.

¹ Um ponto base é o equivalente a 0,01 pontos percentuais.

Avaliação bancária na habitação aumentou para 1 518 euros por metro quadrado

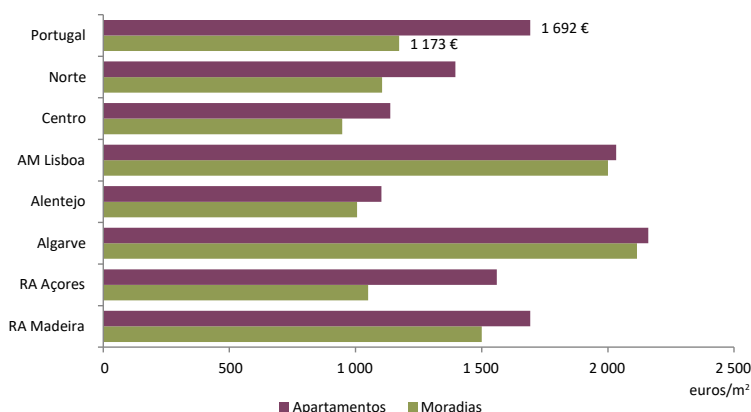
Em junho de 2023, o valor mediano de avaliação bancária, realizada no âmbito de pedidos de crédito para a aquisição de habitação, foi 1 518 euros por m², mais 8 euros (+0,5%) que o observado no mês anterior.

Todas as regiões apresentaram aumentos face ao mês anterior, sendo o mais expressivo na Região Autónoma dos Açores (3,8%) e o menor no Algarve (0,4%).

Em comparação com o mesmo mês do ano anterior, o valor mediano das avaliações cresceu 7,9% (9,4% em maio de 2023). A variação mais intensa registou-se na Região Autónoma da Madeira (17,6%) e a mais reduzida no Centro (6,2%).



Valor Mediano de Avaliação Bancária – junho de 2023
Apartamentos e Moradias



O número de avaliações bancárias consideradas situou-se em cerca de 23,0 mil, uma redução de 3 000 (-21,3%) face a junho de 2022 e de 323 (-1,4%) relativamente ao mês anterior.

Das avaliações consideradas no mês em causa:

- Cerca de 14,9 mil foram relativas a apartamentos; e
- Cerca de 8,1 mil incidiram em moradias.

Em termos homólogos, a análise por tipo de habitação revela que, em junho de 2023, o valor mediano de avaliação bancária:

- Aumentou 8,3% nos apartamentos, fixando-se em 1 692 euros/m²; e
- Subiu 4,5% nas moradias, para 1 173 euros/m².

Em junho de 2023, face ao mês anterior, o valor mediano de avaliação bancária:

- Nos apartamentos:
 - » T2 subiu 22 euros, para 1 727 euros/m²; e
 - » T3 desceu 2 euros, para 1 492 euros/m²;

Estas duas tipologias representaram, no conjunto, 79,1% das avaliações de apartamentos realizadas;

- Nas moradias:
 - » T2 subiu 56 euros, para 1 150 euros/m²;
 - » T3 aumentou 20 euros, para 1 147 euros/m²; e
 - » T4 desceu 16 euros, para 1 251 euros/m²;

O conjunto destas três tipologias representou 88,5% das avaliações de moradias.

Lisboa apresentou, pela primeira vez desde o 1.º trimestre de 2020, um crescimento homólogo dos preços da habitação superior ao do país

No 1.º trimestre de 2023, o preço mediano de alojamentos familiares foi 1 565 €/m², o que evidencia acréscimos dos preços da habitação de:

- 7,6% relativamente ao trimestre homólogo de 2022 (+10,7% no trimestre anterior); e
- 4,3% face ao quarto trimestre de 2022.

Porém, este preço mediano é formado por duas componentes bem díspares, conforme os compradores tenham sido:

- Residentes no território nacional: 1 524 €/m²; ou
- Residentes no estrangeiro: 2 411 €/m².

Sub-regiões NUTS III

O preço mediano da habitação aumentou, face ao período homólogo, em 20 sub-regiões NUTS III, destacando-se as seguintes:

- Lezíria do Tejo: +17,5%;
- Algarve: +16,6%;
- Leiria: +15,9%;
- Cávado: +15,6%; e
- Área Metropolitana de Lisboa: +15,2%.

Três sub-regiões NUTS III registaram, simultaneamente, preços medianos (no geral e em ambas as categorias de domicílio fiscal do comprador) e taxas de variação homóloga superiores aos do país:

- Algarve: 2 609 €/m², +16,6%;
 - » Residentes no território nacional: 2 450 €/m²;
 - » Residentes no estrangeiro: 3 303 €/m²;
- Área Metropolitana de Lisboa: 2 288 €/m², +15,2%;
 - » Residentes no território nacional: 2 251 €/m²;
 - » Residentes no estrangeiro: 3 832 €/m²;
- Área Metropolitana do Porto: 1 728 €/m², +11,1%;
 - » Residentes no território nacional: 1 701 €/m²; e
 - » Residentes no estrangeiro: 2 923 €/m².

O valor mediano da Região Autónoma da Madeira também foi superior ao nacional (1 697 €/m²), embora a taxa de variação homóloga (+7,0%) tenha sido inferior.

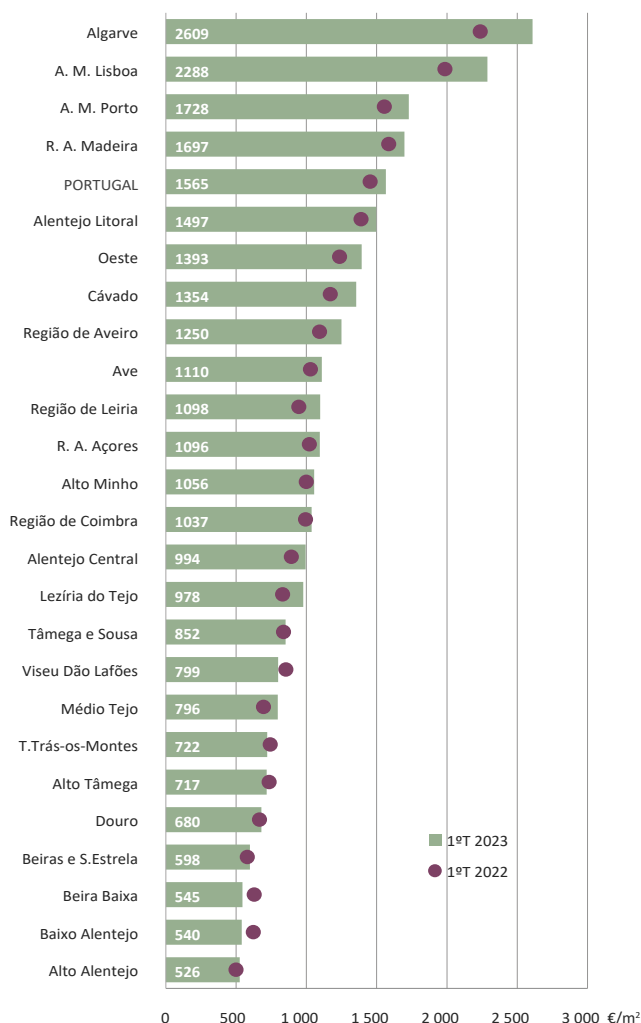
Nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, o preço mediano (€/m²) das transações efetuadas por compradores com domicílio fiscal no estrangeiro superou, respetivamente em 71,8% e 70,2%, o preço das transações por compradores com domicílio fiscal em território nacional.

Também no 1.º trimestre de 2023:

- Registaram diminuições homólogas dos preços da habitação as sub-regiões Beira Baixa (-13,5%), Baixo Alentejo (-13,3%), Viseu Dão Lafões (-6,5%), Terras de Trás-os-Montes (-2,8%) e Alto Tâmega (-2,6%); e
- O Alto Alentejo, como já ocorreu nos trimestres anteriores, apresentou o menor preço mediano de venda de alojamentos familiares: 526 €/m².



Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares,
Portugal e NUTS III,
1.º trimestre de 2022 e 1.º trimestre de 2023



Municípios

No 1.º trimestre de 2023, dos 17 municípios com mais de 100 mil habitantes das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto:

- Apenas Santa Maria da Feira e Gondomar não registaram preços medianos de habitação superiores ao do país, destacando-se, com valores superiores a 3 000 €/m²:
 - » Lisboa: 4 103 €/m²;
 - » Cascais: 3 760 €/m²; e
 - » Oeiras: 3 156 €/m².

- Apresentaram também taxas de variação homólogas superiores à nacional (+7,6%) 14 municípios, sendo a mais elevada em Loures (+26,5%) e a mais baixa em Lisboa (+9,2%);

Note-se, contudo, que Lisboa apresentou, pela primeira vez desde o 1.º trimestre de 2020 (início da corrente série), uma taxa de variação homóloga superior à do país; e

- Registaram crescimentos homólogos inferiores ao do país os municípios de Matosinhos (+7,3%), Gondomar (+7,1%) e Porto (+6,3%).

Exportações e importações diminuíram 5,2% e 6,2% no 2.º trimestre, respetivamente, em termos nominais

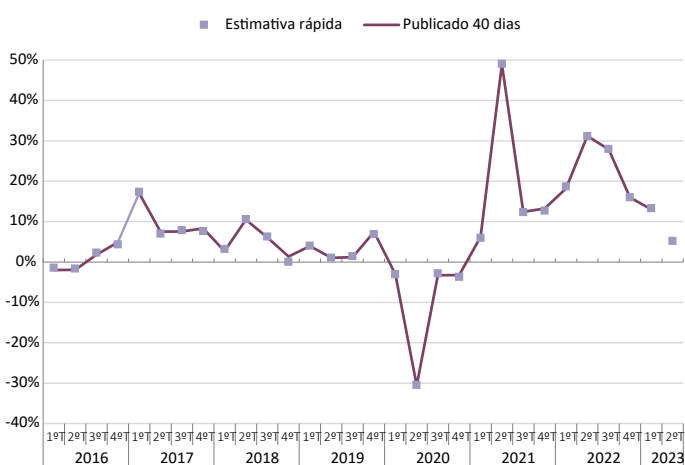
A estimativa rápida relativa ao Comércio Internacional de Bens no 2.º trimestre de 2023 aponta para reduções de 5,2% nas exportações e 6,2% nas importações, em termos nominais, relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Este decréscimo surge após um abrandamento do crescimento das transações de bens, que se verificava desde o 3.º trimestre de 2022.

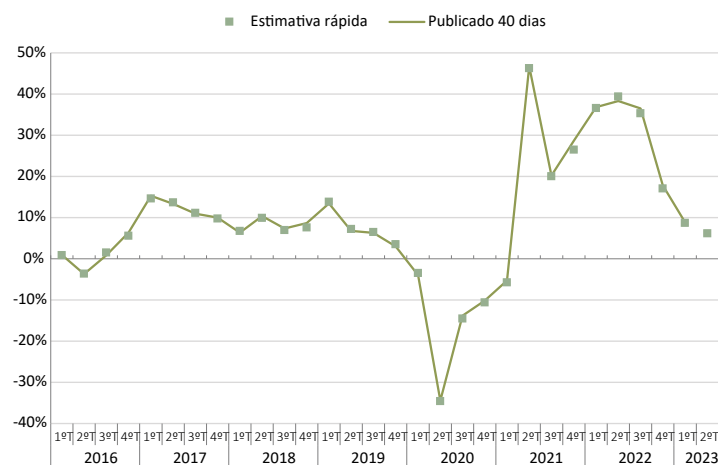
Não se registavam variações homólogas trimestrais negativas nas transações de bens desde o 4.º trimestre de 2020 (nas exportações) e o 1.º trimestre de 2021 (nas importações), ambos fortemente afetados pela crise pandémica.

No 1.º trimestre de 2023, as taxas de variação homóloga foram +13,0% nas exportações e +8,9% nas importações.

Taxas de variação homóloga trimestrais das Exportações



Taxas de variação homóloga trimestrais das Importações



Mais informação:
Comércio Internacional, Estimativa rápida – 2.º trimestre de 2023
28 de julho de 2023



Exportações e importações diminuíram 6,9% e 4,1% em termos nominais

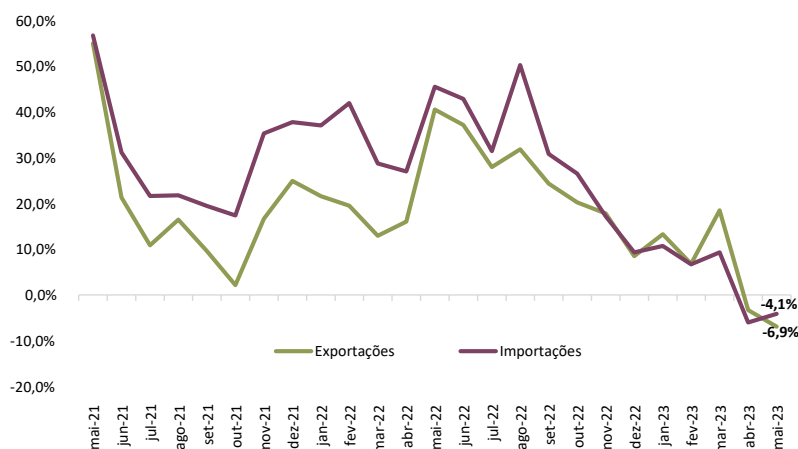
Em maio de 2023, face ao mesmo mês do ano passado e em termos nominais:

- As exportações de bens diminuíram 6,9% (-3,3% no mês anterior); e
- As importações de bens decresceram 4,1% (-6,0% no mês anterior).

Numa análise por grandes categorias económicas de bens, em maio de 2023 e em termos nominais, salientam-se, face ao mesmo mês do ano anterior, os decréscimos:

- Nas exportações de “Fornecimentos industriais”: -25,1%, com especial incidência nos produtos farmacêuticos; e

Taxa de variação nominal das exportações e importações



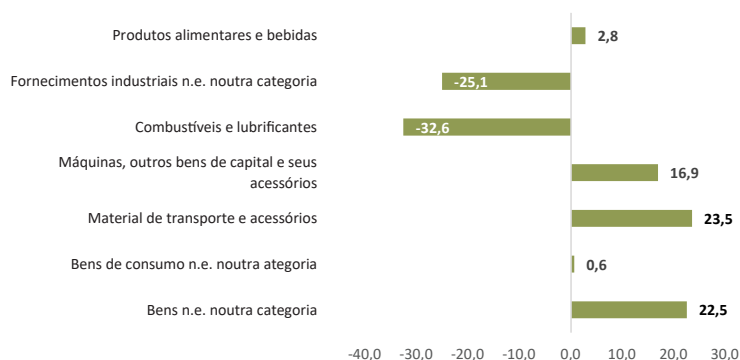
- Nas importações de “Combustíveis e lubrificantes”: -41,3%, refletindo a descida de preços destes produtos nos mercados internacionais, mas também um efeito de base, dado que em maio de 2022 foi introduzido no mercado gás natural previamente sujeito ao regime de entreposto aduaneiro, com vista ao encerramento do entreposto de Sines, o que fez aumentar de forma significativa as importações deste produto.

Excluindo “Combustíveis e lubrificantes”, também em termos homólogos, observaram-se:

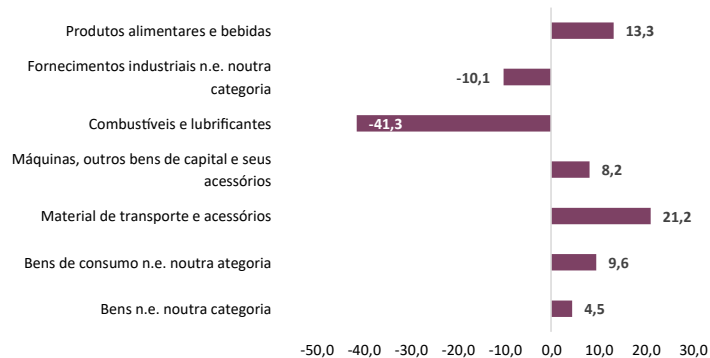
- Uma redução de 4,4% nas exportações (-1,4% no mês anterior); e
- Um aumento de 3,8% nas importações (+1,1% no mês anterior).



Exportações por Grandes Categorias Económicas de Bens, maio de 2023 (variação homóloga, %)



Importações por Grandes Categorias Económicas de Bens, maio de 2023 (variação homóloga, %)



No que respeita aos índices de valor unitário (preços), registaram-se as seguintes variações homólogas:

- -2,3% nas exportações (+0,7% em abril de 2023; +18,2% em maio de 2022); e
- -6,5% nas importações (-5,0% em abril de 2023; +24,8% em maio de 2022).

Excluindo os produtos petrolíferos, as variações nos preços foram de:

- +2,3% nas exportações (+3,2% no mês anterior; +13,6% em maio de 2022); e
- -2,6% nas importações (-1,6% no mês anterior; +16,3% em maio de 2022).

Ainda em maio de 2023, mas relativamente ao mês anterior :

- As exportações aumentaram 15,9% (-23,4% em abril); e
- As importações cresceram 15,7% (-17,6% em abril).

O défice da balança comercial de bens, em maio de 2023:

- Atingiu 2 526 milhões de euros, o que representa agravamentos de 109 milhões de euros face ao mesmo mês de 2022 e de 332 milhões de euros relativamente ao mês anterior; e
- Excluindo “Combustíveis e lubrificantes”, totalizou 1 954 milhões de euros, o que corresponde a aumentos de 610 milhões de euros face a maio de 2022 e de 226 milhões de euros comparando com o mês anterior.

No trimestre terminado em maio de 2023, em termos homólogos:

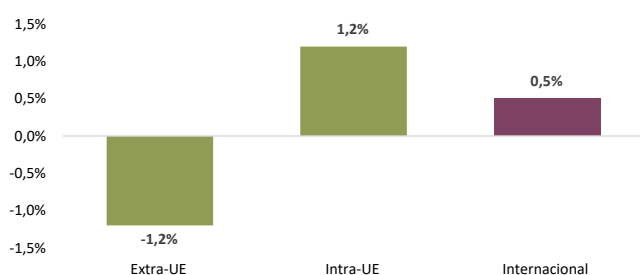
- As exportações aumentaram 2,5% (+7,6% no trimestre terminado em abril de 2023); e
- As importações decresceram 0,3% (+3,4% no trimestre terminado em abril de 2023).

Empresas reveem em baixa as perspectivas das suas exportações em 2023

As perspectivas das empresas exportadoras de bens apontam para um acréscimo nominal de 0,5% nas suas exportações em 2023, face ao ano anterior, revendo em baixa (-0,6 p.p.) a 1.ª previsão, efetuada em dezembro de 2022.

Esta revisão resulta da atualização das expectativas das empresas para as exportações quer Intra-UE (-0,5 p.p., para +1,2%), quer Extra-UE (-0,9 p.p., para -1,2%).

Exportação de Bens - Perspetivas das Empresas
por âmbito do mercado
Taxas de variação nominais anuais 2023/2022

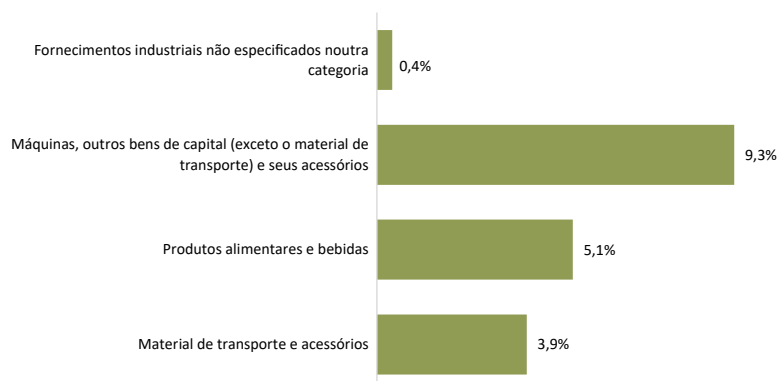


Por Grandes Categorias Económicas, destacam-se, face à 1.ª previsão:

- As perspetivas mais positivas das empresas para a evolução esperada das exportações de “Máquinas, outros bens de capital (exceto o material de transporte) e seus acessórios” (+9,3%, +1,1 p.p. face à previsão anterior) e de “Fornecimentos industriais” (+0,4%, +1,5 p.p.); e
- As perspetivas menos positivas relativamente a “Material de transporte e acessórios” (-2,3 p.p., para +3,9%).

O principal motivo apresentado pelas empresas para esta revisão em baixa é o desempenho menos positivo do que o esperado nos mercados de destino das suas exportações, com impacto em mais de metade das empresas respondentes (56,4%).

Exportação de bens - Perspetivas das Empresas
por Grandes Categorias Económicas
Taxas de variação nominais anuais 2023/2022

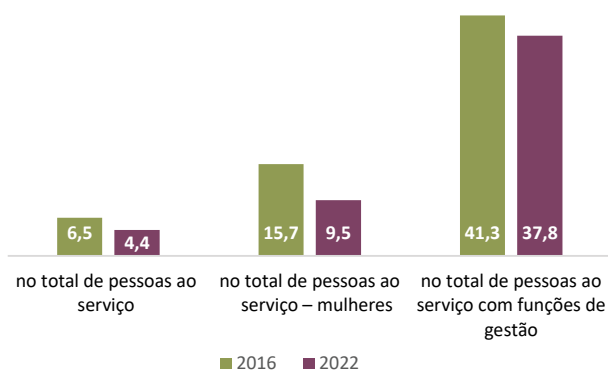


Incentivo à autonomia dos trabalhadores destacou-se como principal prática de gestão de recursos humanos

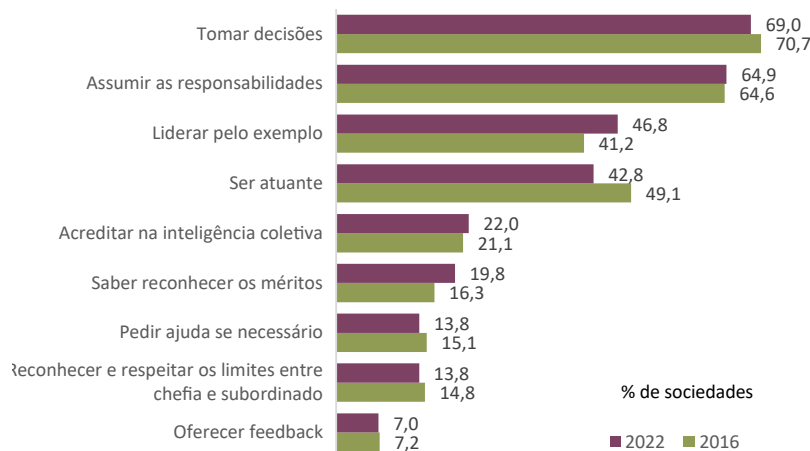
O Instituto Nacional de Estatística realizou, entre fevereiro e maio de 2023, uma nova edição do Inquérito às Práticas de Gestão (IPG), tendo como ano de referência 2022¹.

Este inquérito, de natureza qualitativa, insere-se num conjunto de operações estatísticas que visam disponibilizar informação sobre fatores que, não tendo explicitamente uma tradução monetária na contabilidade das empresas, condicionam a sua competitividade num contexto de crescente integração na economia global.

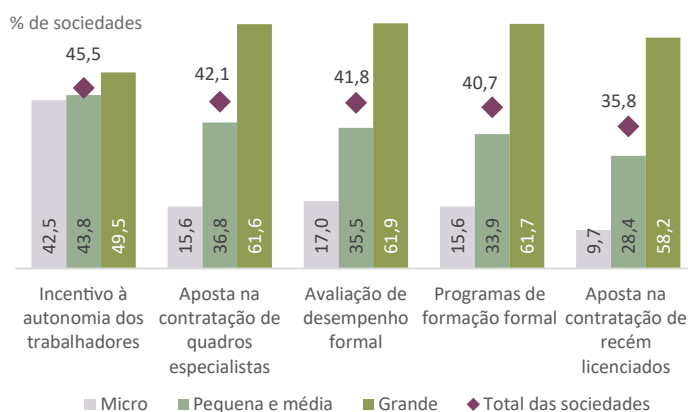
Proporção das mulheres com funções de gestão, 2016 e 2022 (%)



Características que descreviam o gestor de topo, 2016 e 2022



Top 5 das Práticas de gestão de recursos humanos, por dimensão, 2022



Os resultados apurados com esta edição do IPG permitiram apurar, entre outros, os seguintes resultados referentes a 2022:

- Quase dois terços (62,6%) das sociedades que responderam ao inquérito estavam integradas em grupos económicos e 51,3% tinham 20 ou mais anos de idade;
- As mulheres representavam quase 38% das pessoas ao serviço com funções de gestão e 29,0% das pessoas ao serviço com funções de gestão de topo;
- Mais de metade das sociedades eram detidas pelos fundadores ou por familiares dos fundadores;
- Em quase dois terços das sociedades (também 62,6%), o gestor de topo possuía grau de licenciatura ou superior, sendo esta proporção de:
 - » 81,9% nas sociedades de grande dimensão; e
 - » 38,9% nas de dimensão micro;
- Em mais de 73% das sociedades, o gestor de topo exercia a função em exclusividade;

Para mais de 60% das sociedades, o que melhor descrevia o gestor de topo era a “Tomada de decisões” e o “Assumir de responsabilidades”;

Em 54,7% das sociedades, o gestor de topo assumiu um estilo de liderança democrático e centrado na equipa; e

- O incentivo à autonomia dos trabalhadores foi a principal prática de gestão de recursos humanos, mencionada por 45,5% das sociedades;

Cerca de 97% das sociedades referiram ter objetivos definidos e 48,2% indicaram ter atribuído prémios de desempenho às pessoas ao serviço pelo cumprimento dos mesmos;

Em menos de 40% das sociedades, não houve lugar a qualquer promoção das pessoas ao serviço.

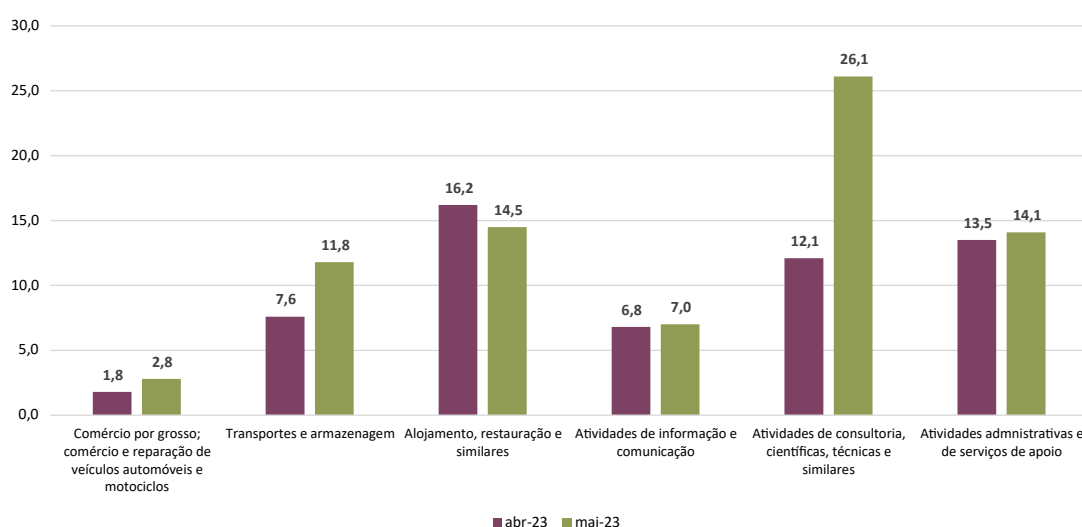
Volume de negócios nos Serviços aumentou 7,6%

Em maio de 2023, o Índice de Volume de Negócios nos Serviços (IVNES)¹ foi superior em 7,6% ao de um ano antes, o que corresponde a um acréscimo de 2,0 p.p. face à variação homóloga registada no mês anterior.

Todas as secções que integram o IVNES contribuíram positivamente para a variação do índice total, destacando-se as seguintes:

- “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares”: contributo de 1,8 p.p., em resultado de um crescimento de 26,1%;
- “Comércio por grosso; reparação de veículos automóveis e motociclos”: contributo de 1,6 p.p., decorrente de um aumento de 2,8%; e
- “Transportes e armazenagem”: contributo de 1,6 p.p., face ao acréscimo de 11,8%.

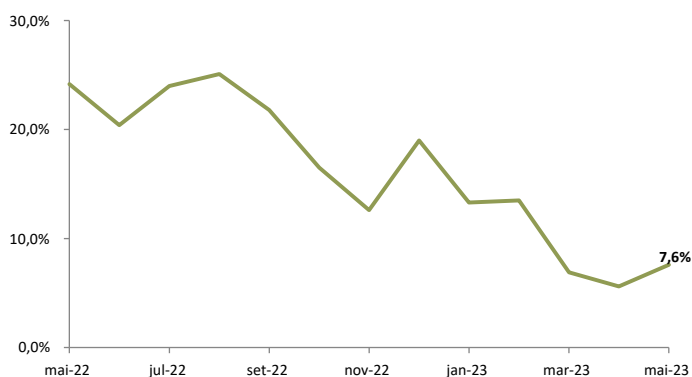
Secções que integram o IVNES, abril e maio de 2023
(variação homóloga, %)



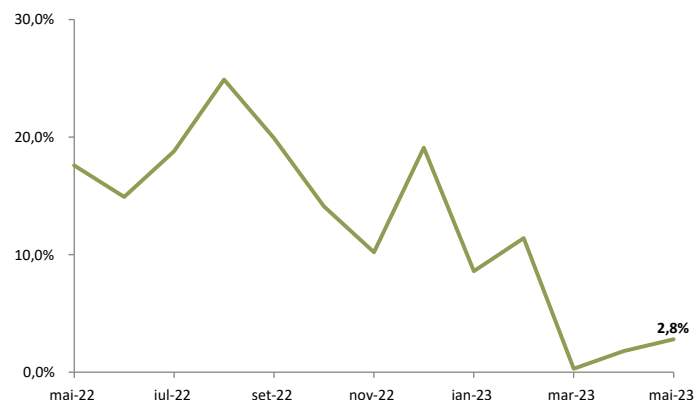
Os restantes índices relativos aos Serviços apresentaram, em maio, as seguintes variações homólogas:

- Emprego: 4,0% (4,3% em abril);
- Remunerações: 11,5% (11,0% em abril); e
- Horas trabalhadas (ajustado de efeitos de calendário): 2,7% (3,5% em abril).

Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Total

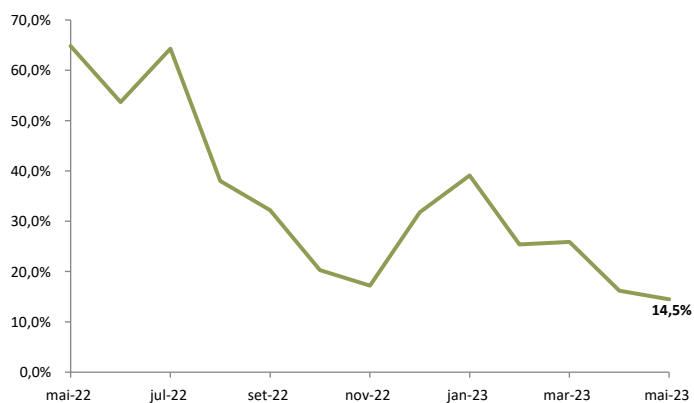


Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Comércio por grosso, comércio e reparação de veículos e motociclos

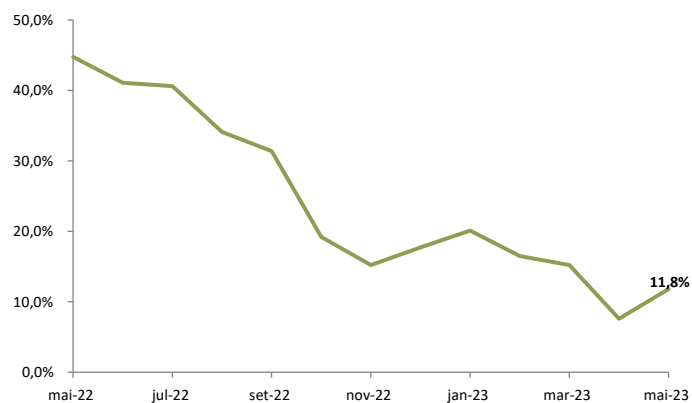


¹ O INE mede o volume de negócios nos serviços por via de um índice, o IVNES. O IVNES é baseado em dados nominais ajustados dos efeitos de calendário e da sazonalidade.

Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Alojamento, restauração e similares



Índice de Volume de Negócios nos Serviços
(variação homóloga)
Transportes e armazenagem



Ainda em maio de 2023, mas comparando com o mês anterior, o volume de negócios nos Serviços aumentou 2,7% (tinha diminuído 0,8% no mês anterior).



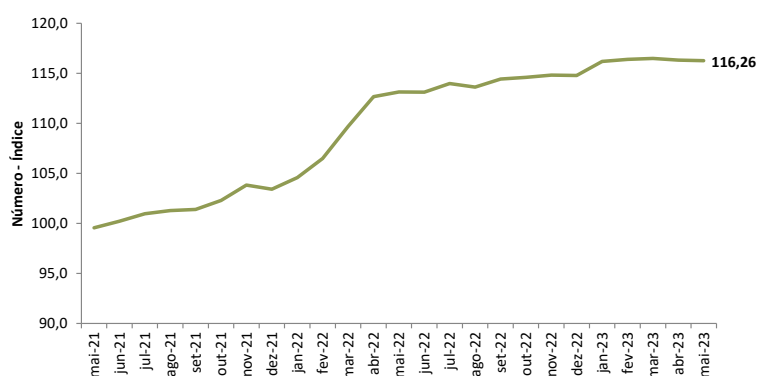
Mais informação:
Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – maio de 2023
11 de julho de 2023

Custos de construção aumentam 2,8%

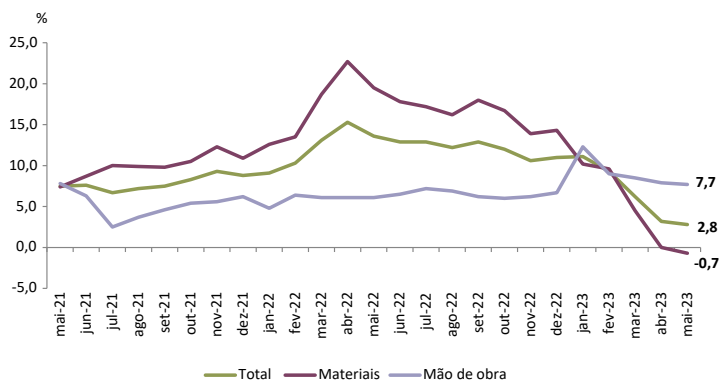
O INE estima que, em maio de 2023, se tenham registado as seguintes taxas de variação homóloga no âmbito dos custos de construção de habitação nova:

- Índice de Custos de Construção de Habitação Nova (ICCHN): 2,8% (menos 0,4 p.p. que em abril);
- Preço dos materiais: -0,7% (desacelerando 0,7 p.p. face ao mês anterior); e
- Custo da mão de obra: 7,7% (menos 0,2 p.p. que em abril).

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova
(2021=100)



Índice de Custos de Construção de Habitação Nova
(variação homóloga)



Nota: Os valores para março, abril e maio de 2023 são provisórios.



No que respeita a variações em cadeia, o INE estima as seguintes taxas para maio de 2023:

- ICCHN: 0,0% (-0,1% em abril);
- Preços dos materiais: -0,4% (-0,3% em abril); e
- Custo da mão de obra: 0,4% (0,0% em abril).

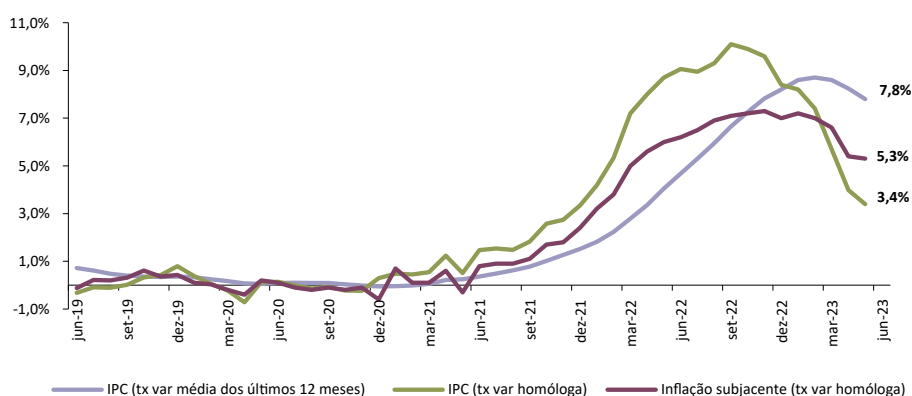
Taxa de variação homóloga do IPC diminuiu para 3,4% em junho

Em junho de 2023, em termos de variações homólogas:

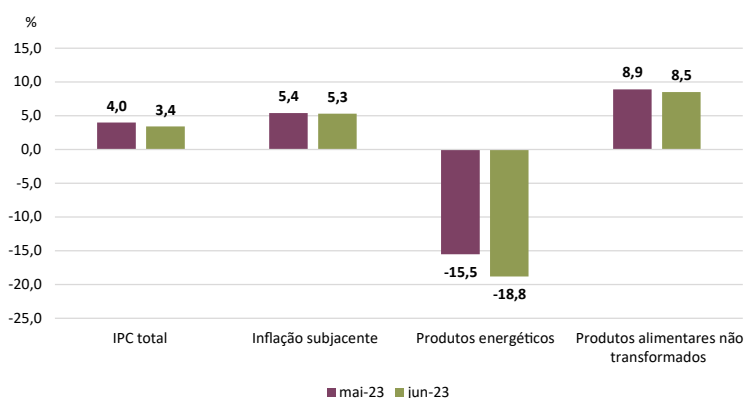
- O Índice de Preços no Consumidor (IPC) diminuiu para 3,4%, menos 0,6 p.p. do que um mês antes;
- Esta desaceleração é explicada, em parte, pelo efeito de base resultante do aumento de preços dos combustíveis verificado em junho de 2022;
- O indicador de inflação subjacente (que exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos) registou uma variação de 5,3% (5,4% em maio);
- O índice referente aos produtos energéticos diminuiu para -18,8% (-15,5% no mês precedente); e
- O índice relativo aos produtos alimentares não transformados desacelerou para 8,5% (8,9% no mês anterior).



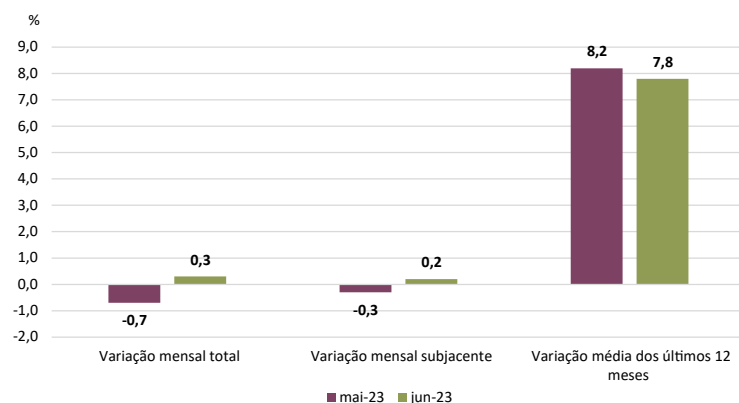
Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente
(taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)



IPC - Taxas de variação homóloga



IPC - Taxas de variação mensal e média de doze meses



Ainda em junho de 2023, mas face ao mês anterior:

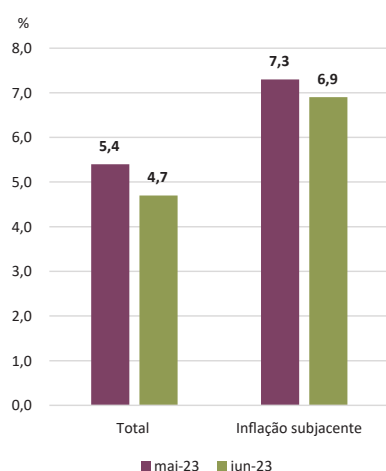
- O IPC total aumentou 0,3% (redução de 0,7% no mês anterior e acréscimo de 0,8% em junho de 2022); e
- Excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos (inflação subjacente), a variação do IPC foi de 0,2% (-0,3% no mês anterior e 0,3% em junho de 2022).

A variação média do IPC dos últimos 12 meses situou-se em 7,8% (8,2% em maio).

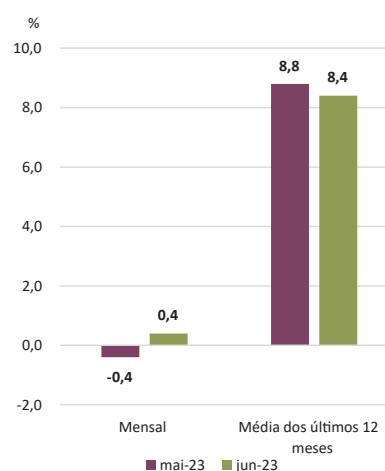
No que respeita ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), em junho de 2023 observaram-se as seguintes taxas de variação:

- Homóloga: 4,7%, valor inferior em 0,7 p.p. ao observado no mês anterior e 0,8 p.p. abaixo do estimado pelo Eurostat para a Área do Euro (em maio, esta diferença foi de 0,7 p.p.);
- Homóloga, excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos: 6,9% (7,3% em maio), valor que é ligeiramente superior ao estimado para a Área do Euro (6,8%);
- Mensal: 0,4% (-0,4% no mês anterior e 1,1% em junho de 2022); e
- Média dos últimos 12 meses: 8,4% (8,8% no mês anterior).

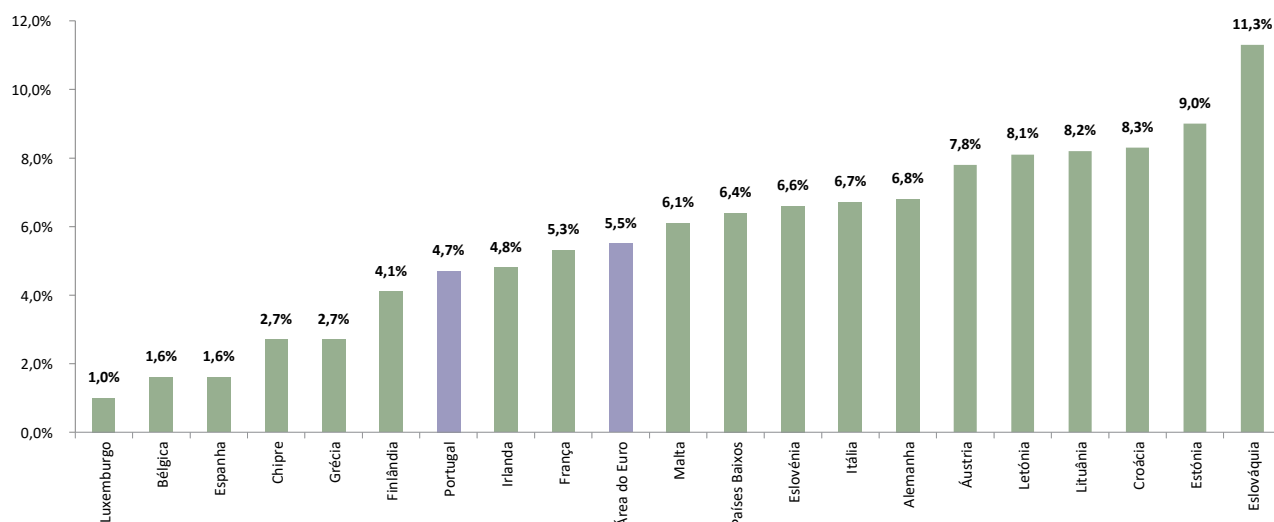
Variação homóloga do IHPC



IHPC - Variação mensal e média dos últimos 12 meses



Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
Variação homóloga nos países da Área do Euro, junho de 2023



Mais informação:
Índice de Preços no Consumidor – junho de 2023
12 de julho de 2023

Preços na produção industrial diminuíram 5,8%

Em junho de 2023, em termos homólogos:

- O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) registou uma variação de -5,8% (-3,5% no mês anterior);
- O agrupamento “Energia” continuou a ser o que mais contribuiu para a variação do índice agregado, com -6,4 p.p., em resultado da sua redução de 24,7% (contributo de -5,1 p.p. e variação de -20,8% em maio);

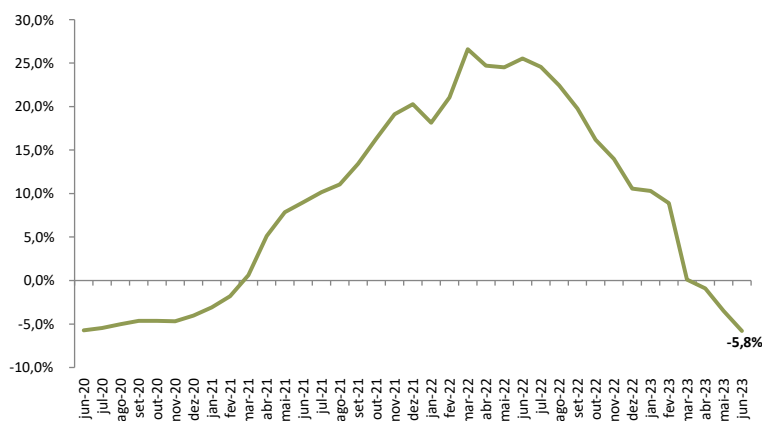
Sem este agrupamento, a variação do índice agregado foi de 0,8% (2,2% em maio); e

O agrupamento “Bens de Consumo”, com uma variação homóloga de 6,4% (8,1% em maio) registou o único contributo positivo (1,8 p.p.) para o resultado do índice (contributo de 2,3 p.p. no mês anterior).

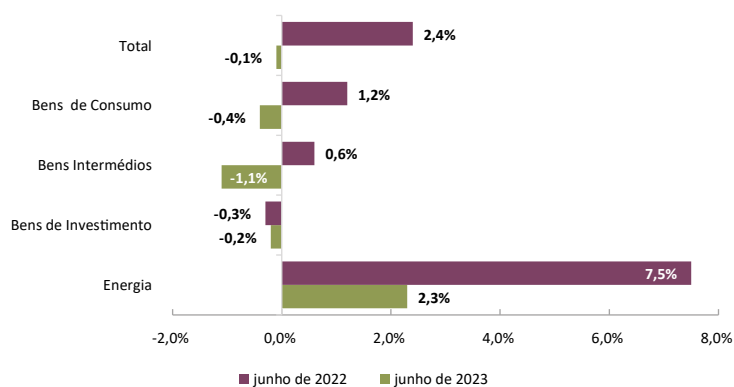
Face ao mês anterior, o IPPI registou uma redução de 0,1% (+2,4% em junho de 2022). Dos grandes agrupamentos que integram o índice, apenas o de “Energia” registou uma variação mensal positiva.



Índice de Preços na Produção Industrial
(variação homóloga)



Índice Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação mensal)



No 2.º trimestre de 2023, o IPPI diminuiu 3,4% em termos homólogos, valor inferior em 9,7 p.p. ao registado no 1.º trimestre.

Esta evolução foi fortemente influenciada pelo agrupamento “Energia”, que passou de uma taxa de variação de -6,0%, no 1.º trimestre de 2023, para -21,2% no trimestre em análise (contributos de -1,5 p.p. e -5,3 p.p., respetivamente).

Os agrupamentos “Bens de Consumo” e “Bens Intermédios” apresentaram variações de 8,1% e -1,2%, respetivamente (14,0% e 9,4% no trimestre anterior), contribuindo conjuntamente com 1,8 p.p. para a variação do índice (7,4 p.p. no 1.º trimestre).

Taxa de variação homóloga do IPC relativa a julho estimada em 3,1%

O INE estima, com base na informação já apurada, que em julho de 2023 e em termos homólogos:

- O Índice de Preços no Consumidor (IPC) tenha diminuído novamente, para uma variação de 3,1%, o que corresponde a uma desaceleração deste índice pelo nono mês consecutivo, neste caso de 0,3 p.p.;

Esta desaceleração está associada, em parte, a um decréscimo de preços verificado na classe “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”;

- O indicador de inflação subjacente, que exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos, tenha registado uma variação de 4,7% (-0,6 p.p. que no mês anterior);
- A variação do índice relativo aos produtos energéticos se fixou em -15,0% (-18,8% no mês precedente); e
- O índice referente aos produtos alimentares não transformados tenha desacelerado para 6,9% (8,5% em junho).



Face ao mês anterior, a variação do IPC em julho terá sido de -0,4% (0,3% em junho de 2023 e variação nula em julho de 2022).

O INE estima que, em julho, a variação média do IPC nos últimos doze meses tenha sido de 7,3% (7,8% no mês anterior).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) – indicador de inflação mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia, e em particular na Área do Euro – terá registado em Portugal, em julho de 2023, uma variação homóloga de 4,3% (4,7% no mês precedente).

	Variação Mensal (%) ¹		Variação Homóloga (%) ¹	
	jun-23	jul-23 *	jun-23	jul-23 *
IPC				
Total	0,25	-0,36	3,39	3,06
Total exceto habitação	0,25	-0,39	3,33	2,99
Total exc. prod. alim. não transf. e energ.	0,17	-0,89	5,25	4,67
Produtos energéticos	0,49	5,73	-18,77	-15,00
Produtos alimentares não transformados	0,71	-0,50	8,48	6,85
Produtos alimentares transformados	-0,15	-0,11	7,57	7,03
IHPC				
Total	0,4	-0,4	4,7	4,3

¹ Valores arredondados a duas e a uma casas decimais.

*Valores estimados

Mais informação:
Estimativa Rápida do IPC/IHPC – julho de 2023
31 de julho de 2023

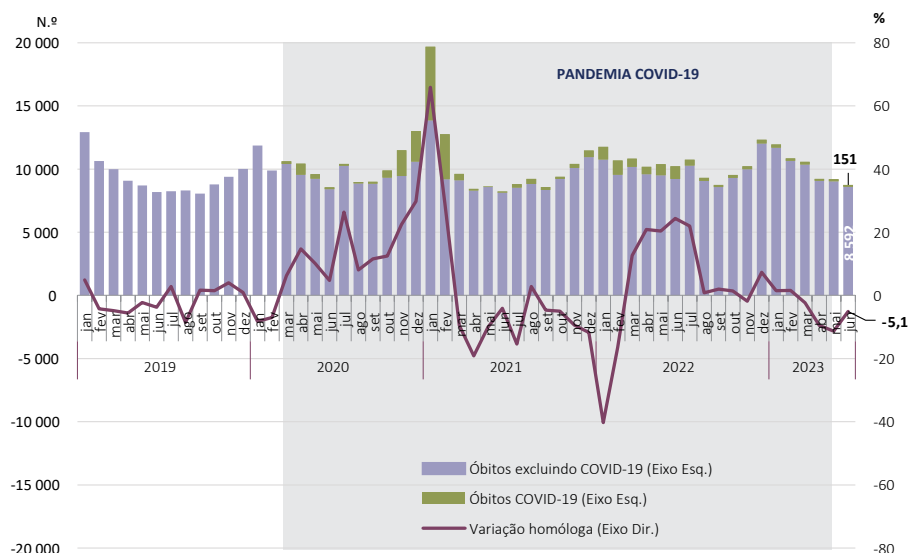
Nos primeiros cinco meses de 2023, foram registados mais 5,5% de nados-vivos do que no mesmo período de 2022

Em junho de 2023, ocorreram 8 743 óbitos, valor que é inferior ao registado no mês precedente (menos 466 óbitos; -5,1%) e em junho de 2022 (menos 1 472 óbitos; -14,4%).

Neste mês, o número de óbitos devidos a COVID-19:

- Foi 151, o que representa 1,7% da mortalidade total; e
- Registou reduções de 20 óbitos relativamente ao mês anterior e de 836 óbitos face a junho de 2022.

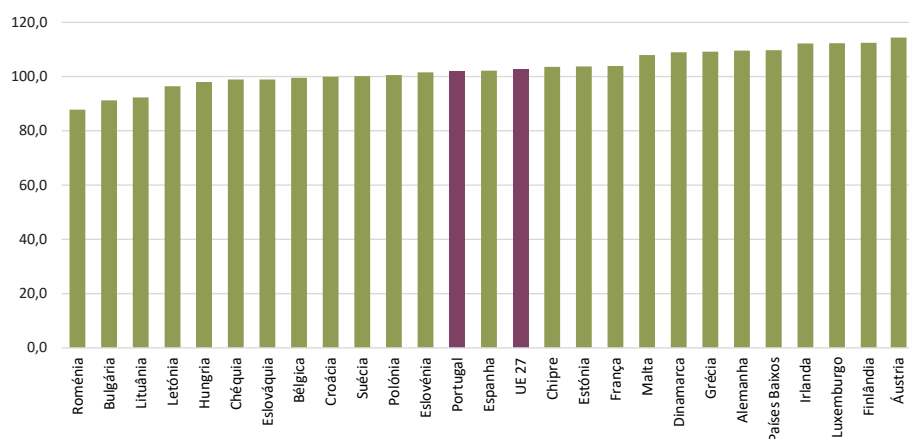
Óbitos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a junho de 2023



O número de óbitos registados no primeiro semestre de 2023 (60 528) foi inferior ao valor apurado para o mesmo período de 2022 (menos 3 518 óbitos; -5,5%).

Em abril de 2023, à semelhança do que se tinha verificado em março, a UE-27 registou um excesso de mortalidade. Esta situação observou-se em 17 dos 27 Estados-Membros, entre os quais Portugal.

Excesso de mortalidade nos países da UE-27, abril de 2023
(média 2016-2019=100)

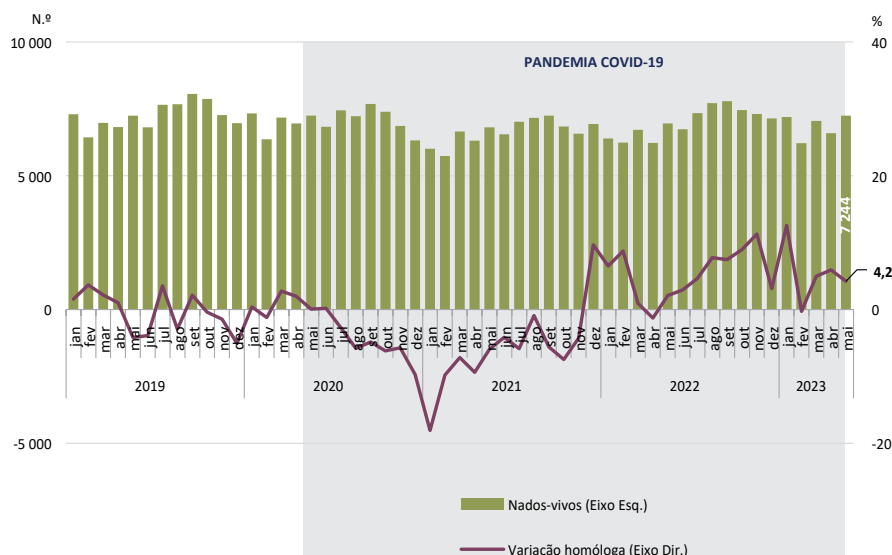


Natalidade

Em maio de 2023, foram registados 7 244 nados-vivos, um acréscimo de 293 (4,2%) relativamente a maio de 2022.

O número de nados-vivos registados nos cinco primeiros meses de 2023 (34 294) foi superior ao registado no mesmo período de 2022 (32 517 nados-vivos): mais 1 777 nados-vivos (+5,5%).

Nados-vivos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a maio de 2023

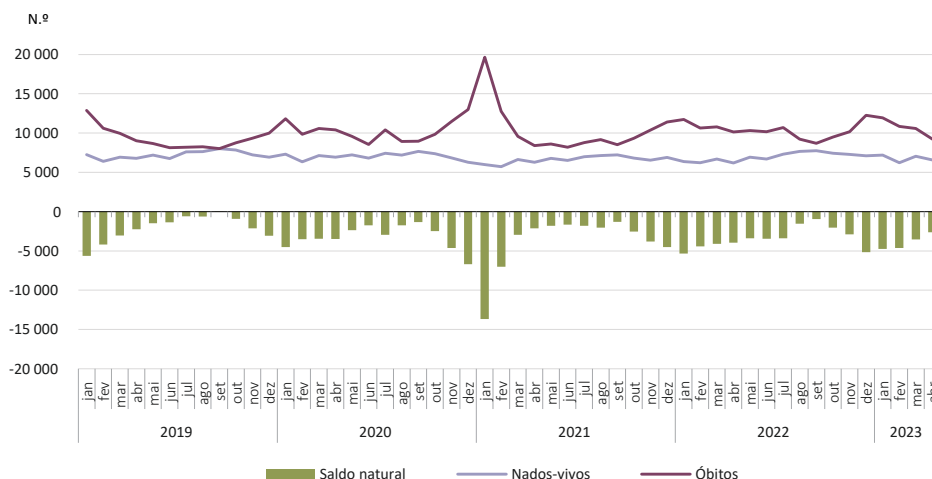


Saldo natural

O saldo natural no mês de maio de 2023 resultou num défice de 1 941, desagravando-se face ao do mês homólogo de 2022, quando se registou o valor 3 404.

Nos cinco primeiros meses de 2023, o saldo natural acumulou um défice de 17 382, apresentando um desagravamento em relação ao observado no mesmo período de 2022 (défice de 21 195).

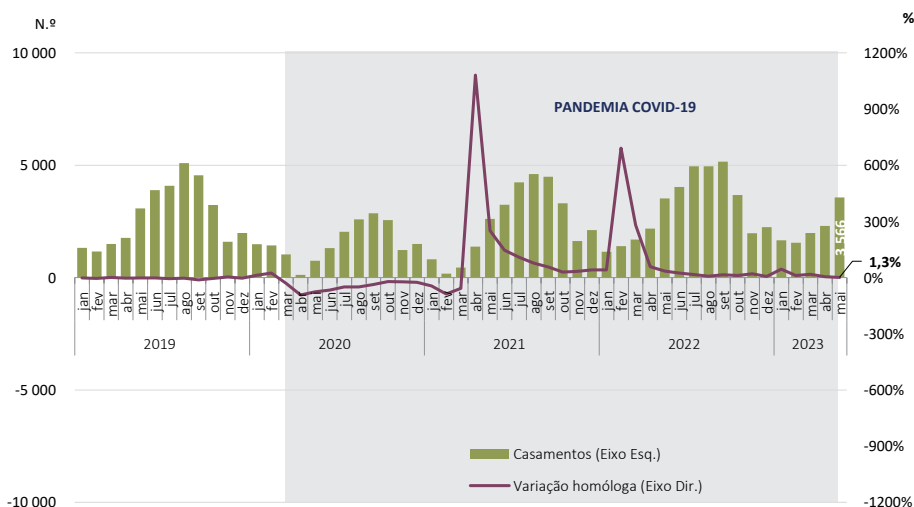
Nados-vivos, óbitos e saldo natural, Portugal, janeiro de 2019 a maio de 2023



Casamentos

Em maio de 2023, celebraram-se 3 566 casamentos, correspondendo a um aumento de 46 casamentos (+1,3%) relativamente a maio de 2022.

Casamentos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a maio de 2023



Nos cinco primeiros meses de 2023, foram celebrados 11 065 casamentos, o que representa um acréscimo de 1 127 (+11,3%) relativamente ao período homólogo de 2022.

Em 2022, a despesa corrente em saúde aumentou em ritmo inferior ao do PIB

O INE estima¹ que, em 2022, a despesa corrente em saúde tenha atingido os 25 417,7 milhões de euros.

Este valor corresponde a:

- Um crescimento de 6,3% em termos nominais, que foi de:
 - » 6,6% na despesa corrente pública²; e
 - » 5,7% na despesa corrente privada³;
- 10,6% do PIB (-0,5 p.p. que em 2021, mas +1,1 p.p. que em 2019); e
- 2 474,0 euros *per capita* (+149,40 € que em 2021).

O crescimento da despesa corrente pública em 2022 refletiu o aumento do consumo intermédio (testes COVID-19, comparticipação de medicamentos e de meios complementares de diagnóstico, consumo de produtos farmacêuticos e outros) e dos custos com pessoal dos prestadores públicos.

A despesa corrente em saúde, em termos nominais, cresceu menos que o PIB (-5,1 p.p.) em 2022, contrariamente ao que sucedeu no ano anterior (+6,0 p.p. que o PIB). Esta situação de crescimento da despesa corrente em saúde inferior ao do PIB não era observada desde 2017.

Despesas correntes em saúde e PIB (2019-2022Pe)

	2019	2020	2021Po	2022Pe
Despesa corrente em saúde				
Valor (10 ⁶ €)	20 395,2	21 150,1	23 915,7	25 417,7
Taxa de variação nominal (%)	5,6	3,7	13,1	6,3
% do PIB	9,5	10,5	11,1	10,6
Per capita (€)	1 982,8	2 054,0	2 324,6	2 474,0
Produto Interno Bruto (PIB)				
Valor (10 ⁶ €)	214 374,6	200 518,9	214 741,0	239 240,7
Taxa de variação nominal (%)	4,5	-6,5	7,1	11,4

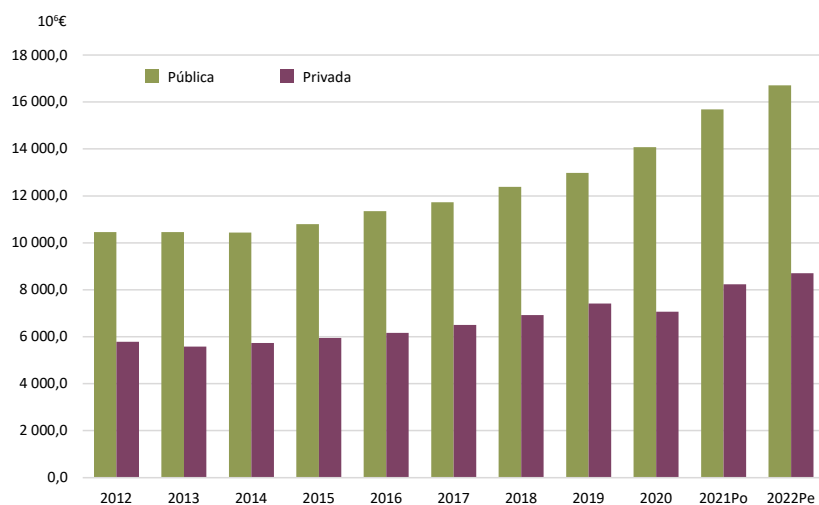
Nota: Valores provisórios (Po) para 2021 e preliminares (Pe) para 2022.

¹ Com base na informação disponível até ao final de abril de 2023.

² A despesa corrente pública corresponde à despesa suportada pelos agentes financiadores públicos. Os agentes financiadores públicos integram o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os Serviços Regionais de Saúde (SRS) dos Açores e da Madeira, os subsistemas de saúde públicos (obrigatórios e voluntários), as outras entidades da administração pública e os fundos de Segurança Social.

³ A despesa corrente privada corresponde à despesa suportada pelos agentes financiadores privados. Os agentes financiadores privados integram as sociedades (de seguros e outras), as Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (ISFLSF) (subsistemas de saúde e outras) e as famílias.

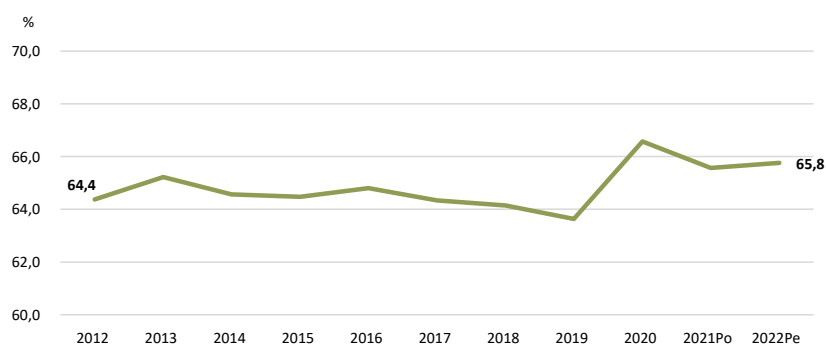
Despesa corrente em saúde, pública e privada



Nota: Valores provisórios (Po) para 2021 e preliminares (Pe) para 2022.



Despesa corrente pública em saúde, em % da despesa corrente em saúde



Nota: Valores provisórios (Po) para 2021 e preliminares (Pe) para 2022.

Em 2021, a despesa das famílias registou um aumento recorde de 17,0%, atingindo o valor máximo da série disponível, iniciada em 2000. O aumento expressivo da despesa das famílias ocorreu nomeadamente:

- Em hospitais privados: +27,9%; e
- Em prestadores privados de cuidados em ambulatório: +20,1%.

Em 2020⁴, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) dos prestadores de cuidados de saúde atingiu 2 411,9 milhões de euros, representando 6,3% do total da FBCF da economia nacional. Nesse ano, registou-se um aumento de 9,7% do investimento dos prestadores de cuidados de saúde, principalmente em construção (+20,3%) e em produtos de propriedade intelectual (+15,1%). Registe-se que, no mesmo período, o investimento total do país decresceu 0,8%.

Os prestadores com incrementos mais relevantes da FBCF foram:

- Os hospitais públicos: +62,2% (por força do investimento realizado no âmbito da pandemia COVID-19);
- As entidades do resto da economia (incluem as instituições de I&D e do ensino superior): +12,8%; e
- Os prestadores privados de cuidados em ambatório: +9,7%.

Em conjunto, estes prestadores representaram 74,1% do investimento em 2020.

A nível da UE, em 2021:

- A despesa corrente em saúde aumentou significativamente na maioria dos Estados-Membros (EM) com informação disponível⁵ para este ano;
- Mais de metade dos EM apresentaram aumentos nominais da despesa superiores a 10%, destacando-se a Lituânia (17,8%), a Estónia (13,5%), a Áustria (13,2%) e Portugal (13,1%). A Grécia (6,0%) e a Itália (4,9%) foram os EM com os crescimentos mais baixos; e
- Os EM com maior representatividade da despesa corrente em saúde no PIB⁶ foram a Alemanha (12,9%), a França (12,3%) e a Áustria (12,1%).

Evolução da despesa corrente em saúde e do peso da despesa corrente de saúde no PIB, em países da UE (2020-2021)



¹ A disponibilização dos resultados da FBCF dos prestadores de cuidados de saúde no âmbito da Conta Satélite da Saúde apenas é possível após a apresentação de resultados finais e detalhados das Contas Nacionais Portuguesas, sendo 2020 o último ano atualmente disponível.

² Dados extraídos da base de dados da OCDE a 27 de junho de 2023 (data da última atualização: novembro de 2022) complementados com dados atualizados publicados nos sites das estatísticas oficiais de cada Estado-Membro.

³ Dados extraídos da base de dados do Eurostat a 27 de junho de 2023 (data da última atualização: 26 de junho de 2023).

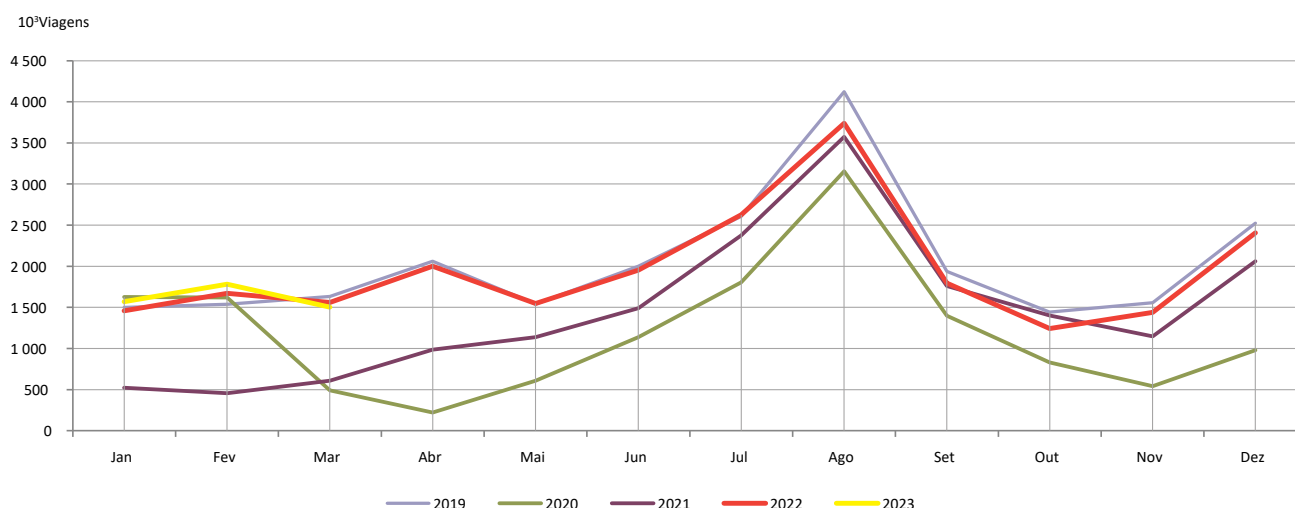
Viagens dos residentes ao estrangeiro continuaram abaixo dos níveis de 2019

No 1.º trimestre de 2023, os residentes em Portugal realizaram 4,9 milhões de viagens turísticas, o que corresponde a:

- Um acréscimo de 11,8% em termos homólogos (+8,5% no 4.º trimestre de 2022); e
- Um aumento de 3,9% face ao 1.º trimestre de 2019.

O número de viagens aumentou em todos os meses do trimestre: 14,4% em janeiro, 15,8% e fevereiro e 5,0% em março. Face aos mesmos meses de 2019, registou-se um decréscimo de 8,0% em março, enquanto em janeiro e fevereiro se observaram aumentos de 4,6% e 15,7%, respetivamente, essencialmente devido a efeitos de calendário.

Viagens turísticas dos residentes - evolução mensal



No 1.º trimestre de 2023, as viagens em território nacional (4,3 milhões):

- Corresponderam a 88,7% do total (87,9% no trimestre anterior; 87,7% no 1.º trimestre de 2019); e
- Aumentaram 9,3% face ao mesmo período de 2022 (+5,0% comparando com o 1.º trimestre de 2019);

Importa ter presente que os aumentos registados face ao período homólogo do ano anterior refletem os efeitos dos constrangimentos à circulação de pessoas que vigoravam ainda no início de 2022, em resultado das medidas de controlo da propagação da pandemia.

No mesmo período, as viagens com destino ao estrangeiro (549,1 mil):

- Representaram 11,3% do total (12,1% no 4.º trimestre de 2022; 12,3% no 1.º trimestre 2019); e
- Cresceram 35,8% em termos homólogos (redução de 4,6% face ao 1.º trimestre de 2019).

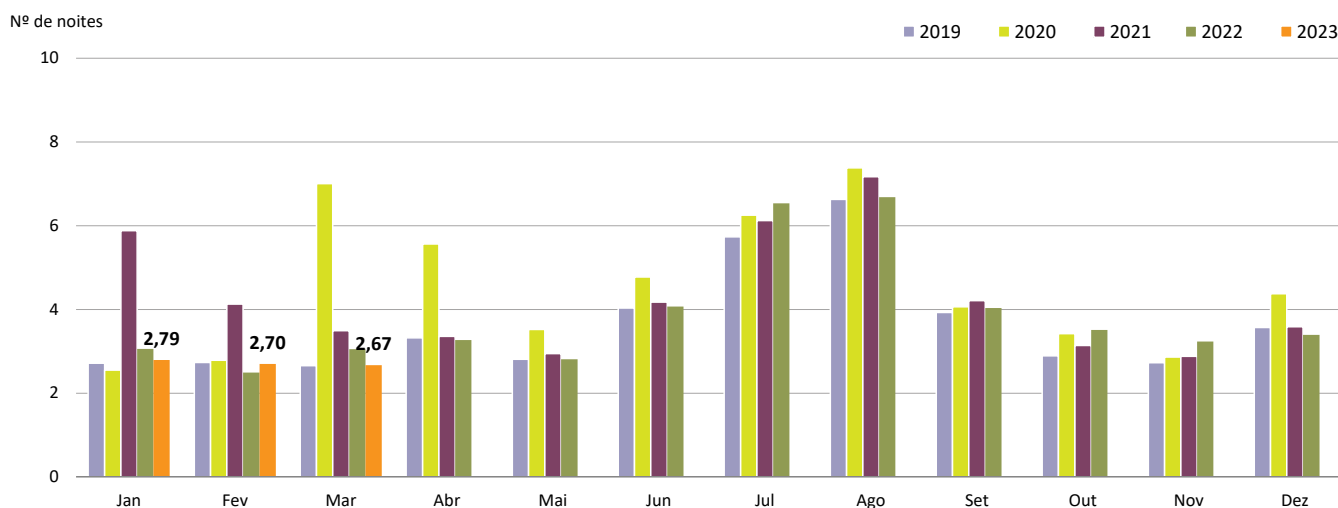
Os residentes tiveram como principais motivos para viajar, no 1.º trimestre de 2023:

- “Visita a familiares ou amigos”: 2,2 milhões de viagens, que representam (46,1% do total; +9,6% em termos homólogos e +8,1% relativamente ao mesmo período de 2019);
- “Lazer, recreio ou férias”: 1,9 milhões de viagens (39,5% do total; +16,2% em termos homólogos e +7,5% face ao 1.º trimestre de 2019); e
- Motivos “profissionais ou de negócios”: 489,4 mil viagens (10,1% do total; +23,9% em termos homólogos e -21,9% face ao 1.º trimestre de 2019).

No mesmo período, os residentes em Portugal, nas suas viagens:

- Optaram principalmente pelo “alojamento particular gratuito” (68,7% das dormidas) e pelos “hotéis e similares” (23,6% das dormidas); e
- Pernoitaram, em média, 2,72 noites em cada viagem (2,86 noites e 2,70 noites, respetivamente, nos períodos homólogos de 2022 e 2019).

Número de noites por turista nas viagens, por meses

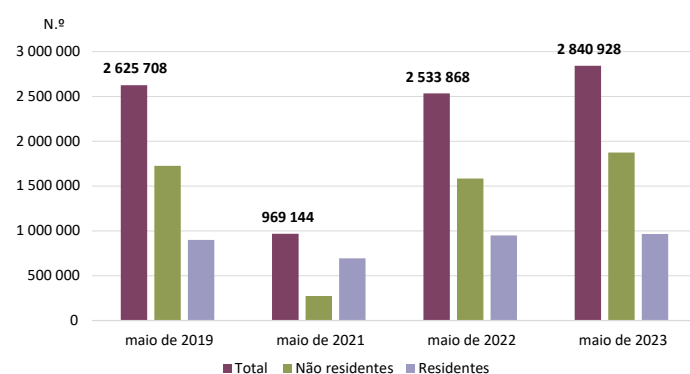


Rendimento médio por quarto ocupado atingiu máximo histórico na Área Metropolitana de Lisboa

Em maio de 2023¹, o sector do alojamento turístico² registou³:

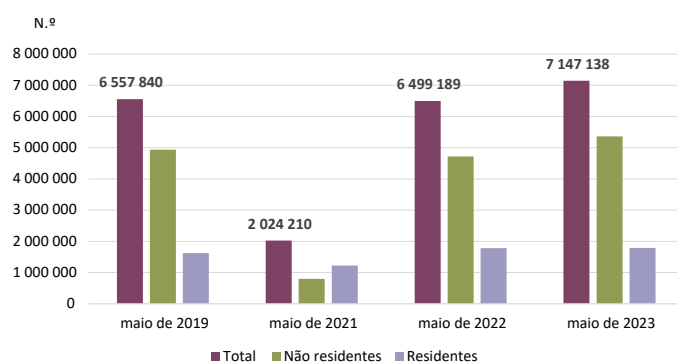
- 2,8 milhões de hóspedes;
- 7,1 milhões de dormidas;
- 571,7 milhões de euros de proveitos totais;
- 436,8 milhões de euros de proveitos de aposento;
- Uma taxa líquida de ocupação-cama de 49,9% (+1,7 p.p. face ao mesmo mês do ano anterior);

Hóspedes nos estabelecimentos turísticos, Portugal



- Uma taxa líquida de ocupação-quarto de 61,9% (+3,1 p.p. face mesmo mês do ano anterior);
- Um rendimento médio por quarto disponível (RevPAR) de 69,8 euros (+23,7% face a maio de 2022 e +33,3% comparativamente ao mesmo mês de 2019); e
- Um rendimento médio por quarto ocupado (ADR) de 112,7 euros (+17,6% relativamente a maio de 2022 e +28,4% em comparação com o mesmo mês de 2019).

Dormidas nos estabelecimentos turísticos, Portugal

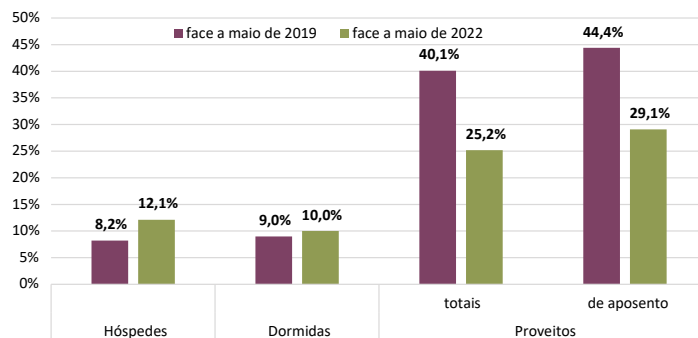


¹ A informação aqui divulgada integra: até final de 2022, resultados definitivos; de janeiro a abril 2023, resultados provisórios; e em maio de 2023, resultados preliminares.

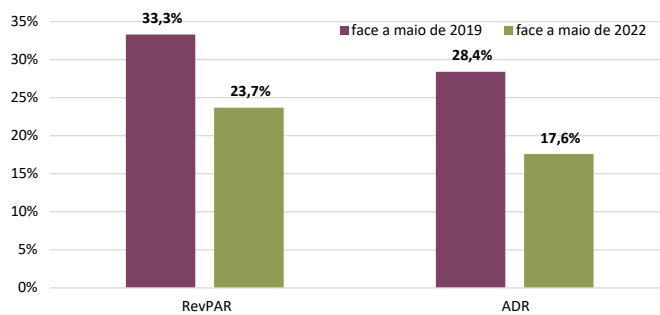
² Séries mensais que incluem três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

³ Salvo indicação em contrário, as taxas de variação apresentadas neste destaque correspondem a taxas de variação homóloga, face ao mesmo período do ano anterior.

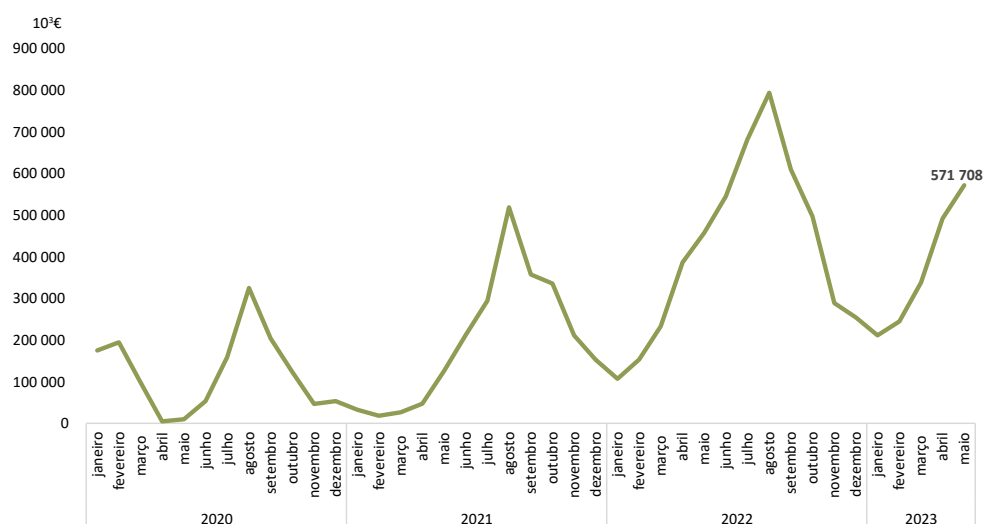
Varições homólogas de hóspedes, dormidas e proveitos no sector do alojamento turístico



Varições homólogas de RevPAR e ADR no sector do alojamento turístico



Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico



Também em maio de 2023:

- A Área Metropolitana de Lisboa concentrou 34,9% dos proveitos totais e 37,3% dos relativos a aposento, seguindo-se o Algarve (24,6% e 22,3%, respetivamente), o Norte (16,4% e 17,1%) e a Região Autónoma da Madeira (10,2% e 9,6%);

Os maiores crescimentos ocorreram na Área Metropolitana de Lisboa (+34,0% nos proveitos totais e +39,0% nos de aposento), na Região Autónoma dos Açores (+32,4% e +35,4%) e no Norte (+29,1% e +32,5%);

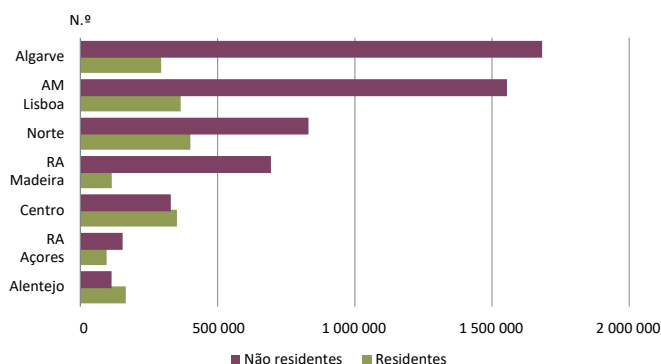
Face a maio de 2019, destacam-se as evoluções registadas na Região Autónoma dos Açores (+54,8% e +54,3%), na Região Autónoma da Madeira (+50,9% e +63,7%), no Norte (+49,1% e +52,9%) e no Alentejo (+47,8% e +54,6%); e

- Entre os municípios com maior representatividade no total de dormidas, Lisboa concentrou 20,1% (11,2% no caso dos residentes e 23,1% nos não residentes), atingindo 1,4 milhões. Comparando com maio de 2019, as dormidas no município de Lisboa aumentaram 8,2% (+1,9% nos residentes e +9,3% nos não residentes);

Albufeira, embora mantendo a 2.^a posição, continuou a apresentar uma redução das dormidas face a 2019: -5,6% no total (-15,8% nos residentes e -4,0% nos não residentes); e

No Porto e no Funchal, mantiveram-se os acréscimos face a maio de 2019 (+28,1% e +20,2%, respetivamente).

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico,
por região NUTS II – maio de 2023



Nos primeiros cinco meses de 2023, em termos homólogos:

- As dormidas totais cresceram 23,9% (+12,7% nos residentes e +29,3% nos não residentes);
- Os proveitos totais aumentaram 38,8% (+39,8% face ao mesmo período de 2019); e
- Os proveitos de aposento subiram 41,6% (+43,8% relativamente a janeiro-maio de 2019).

Considerando a generalidade dos meios de alojamento (estabelecimentos de alojamento turístico, campismo e colónias de férias e pousadas da juventude), nos primeiros cinco meses do ano registaram-se:

- 11,4 milhões de hóspedes (+25,7%); e
- 28,6 milhões de dormidas (+23,9%).

Face a janeiro-maio de 2019, as dormidas na generalidade dos meios de alojamento aumentaram 13,4% (+16,3% nos residentes e +12,1% nos não residentes).

Atividade turística aproximou-se dos níveis de 2019

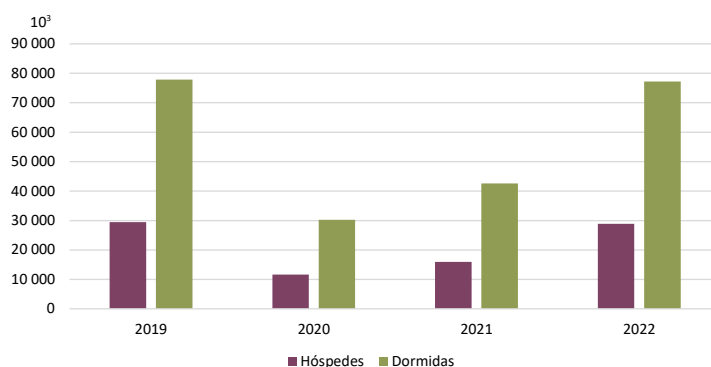
O INE estima ainda que, em 2022, o conjunto dos meios de alojamento turístico¹ em Portugal registou:

- 28,9 milhões de hóspedes (+80,7% face ao ano anterior, mas -2,2% por comparação com 2019); e
- 77,2 milhões de dormidas (+81,1% relativamente a 2021, mas -0,8% que em 2019).

Destas dormidas:

- 27,5 milhões foram asseguradas pelo mercado interno, que cresceu 22,2% em termos homólogos e 5,3% face a 2019; e
- 49,7 milhões foram de turistas não residentes, que aumentaram de forma expressiva relativamente ao ano anterior (+146,9%), mas ficaram ainda abaixo do nível alcançado em 2019 (-3,9%).

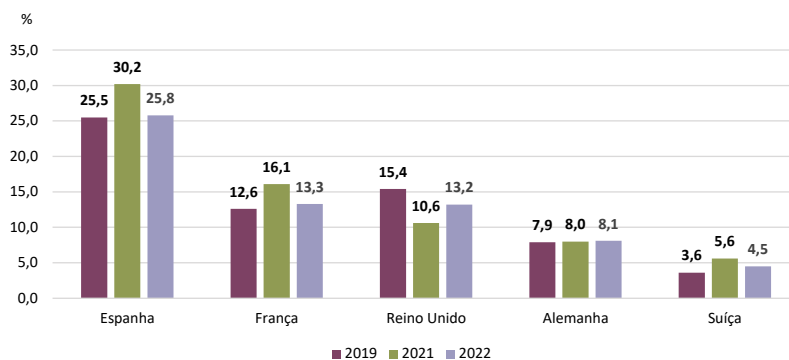
Hóspedes e dormidas na generalidade dos meios de alojamento turístico, 2019-2022 (milhares)



Ainda em 2022, os turistas não residentes que chegaram a Portugal:

- Foram 22,3 milhões (+131,4% face a 2021, mas -9,6% relativamente a 2019); e
- Continuaram a vir sobretudo de Espanha: 25,8% (+97,4% face a 2021). Seguiram-se os mercados francês (13,3%) e britânico (13,2%).

Principais mercados de turistas não residentes, 2019, 2021 e 2022 (% do total de turistas não residentes)

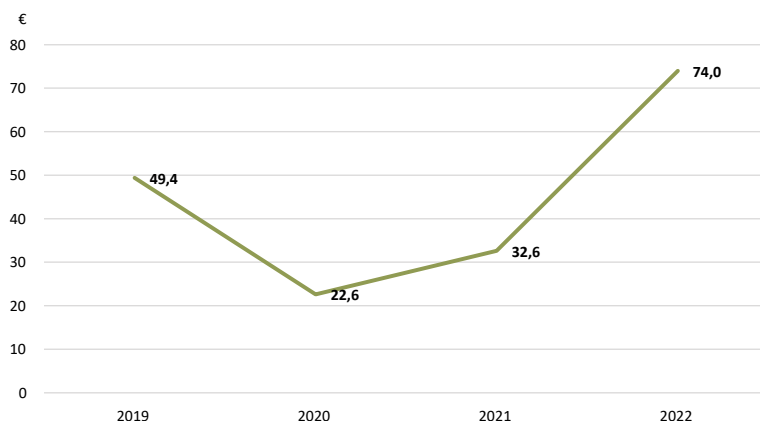


¹ Inclui estabelecimentos de alojamento turístico, campismo e colónias de férias e pousadas da juventude.

No que respeita aos estabelecimentos de alojamento turístico², obtiveram-se os seguintes registos em 2022:

- Proveitos totais: 5,0 mil milhões de euros (+115,2% em termos homólogos e +16,7% relativamente a 2019);
- Proveitos de aposento: 3,8 mil milhões de euros (+117,3% e +17,9%, face a 2021 e a 2019, respetivamente);
- Rendimento médio por quarto disponível: 74,0 € (+127,2% e +49,8%);
- Rendimento médio por quarto ocupado: 103,6 € (+17,4% e +16,1%).

Rendimento médio por quarto disponível (€)



Em 2022, os residentes em Portugal:

- Realizaram 22,6 milhões de deslocações turísticas (+29,2% face ao ano anterior, mas -7,5% por comparação com 2019), traduzindo aumentos:
 - » Nas viagens no território nacional (+21,0%, mas -6,5% face a 2019); e
 - » Nas deslocações para o estrangeiro (+162,5%, mas -14,3% do que em 2019);
- Gastaram, em média, 232,5 € por turista em cada viagem (+18,3% face a 2021; +18,8% relativamente a 2019), com a seguinte diferenciação:
 - » Deslocações domésticas: 163,3 € por turista/viagem (-6,8 € que em 2021, mas +30,2 € face a 2019); e
 - » Deslocações para o estrangeiro: 752,5 € por turista/viagem (+19,7% em relação ao ano anterior e +20,1% comparativamente a 2019).

² Inclui três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

Dormidas no Algarve continuam abaixo dos níveis de 2019

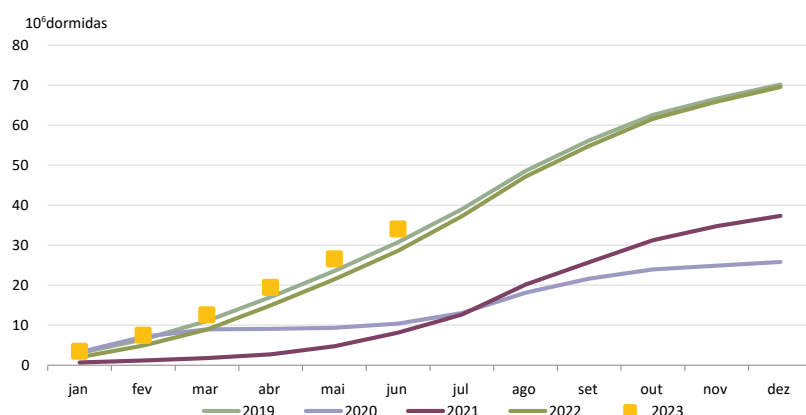
Em junho de 2023, o sector do alojamento turístico¹ registou 2,9 milhões de hóspedes e 7,4 milhões de dormidas. Estes resultados representam, em termos homólogos, aumentos de:

- 7,1% nos hóspedes (+12,2% em maio); e
- 3,7% nas dormidas (+9,9% em maio).

Face a junho de 2019, registam-se crescimentos de:

- 4,3% nos hóspedes; e
- 3,8% nas dormidas.

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por mês
Valores acumulados



O mercado interno contribuiu com 2,2 milhões de dormidas e os mercados externos totalizaram 5,3 milhões, o que corresponde a -6,7% e +8,7%, respetivamente, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Face a junho de 2019, observaram-se aumentos de:

- 0,5% nas dormidas de residentes; e
- 5,2% nas dormidas de não residentes.

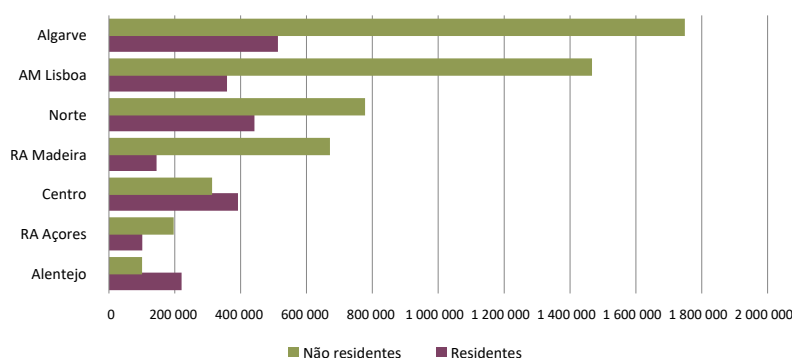
A distribuição do total de dormidas por tipo de alojamento, em junho de 2023, foi a seguinte:

- Hotelaria: 83,1%;
- Alojamento local: 14,9%; e
- Turismo em espaço rural e de habitação: 3,8%.

Dormidas em junho de 2023 – variações homólogas

Tipo de alojamento	Varição face a junho de 2022	Varição face a junho de 2019
Hotelaria	+2,4%	+2,3%
Alojamento local	+10,9%	+6,3%
Turismo no espaço rural e de habitação	+7,0%	+33,5%

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por região NUTS II – junho de 2023



No mês em análise, a estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico (2,61 noites) diminuiu 3,1% em termos homólogos (-2,0% em maio), sendo de:

- 2,03 noites nos residentes (-5,2% em termos homólogos); e
- 2,95 noites nos não residentes (-3,8% face ao mesmo mês do ano anterior).

Todas as regiões NUTS II registaram aumentos homólogos nas dormidas em junho, exceto a Região Autónoma da Madeira (-0,8%), onde não se verificavam descidas desde março de 2021. O Algarve concentrou 30,4% do total, seguido da Área Metropolitana de Lisboa (24,5%) e do Norte (16,4%).

¹ Inclui três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

Entre os dezassete principais mercados emissores, que representaram 87,0% das dormidas de não residentes, apenas três registaram decréscimos homólogos nas dormidas:

- Finlândia: -19,3%;
- Países Baixos: -3,8%; e
- Bélgica: -1,2%.

O Canadá e os Estados Unidos continuaram a ser os mercados que mais cresceram em relação a junho de 2022: +36,2% e +22,2%, respetivamente.

Ainda no que respeita às dormidas de não residentes em junho de 2023, mas face ao mesmo mês de 2019:

- O mercado britânico (20,8% do total) aumentou 0,6%, abrandando pelo terceiro mês consecutivo;
- O mercado alemão (quota de 11,2%) diminuiu 2,8%;
- O mercado norte-americano (quota de 9,8%) continuou a destacar-se, com um crescimento de 60,3%;
- O mercado francês (quota de 8,0%) decresceu 6,3%; e
- O mercado espanhol (quota de 7,9%), apesar de ter crescido 3,8%, continuou a perder representatividade relativamente ao mercado francês.

Também comparando com junho de 2019, salientam-se ainda os crescimentos dos mercados:

- Canadano: 39,7%; e
- Dinamarquês: 33,3%.

Face ao mesmo mês, decresceram sobretudo (acentuando-se face a maio) as dormidas de hóspedes:

- Finlandeses: 28,5%; e
- Brasileiros: 17,7%.

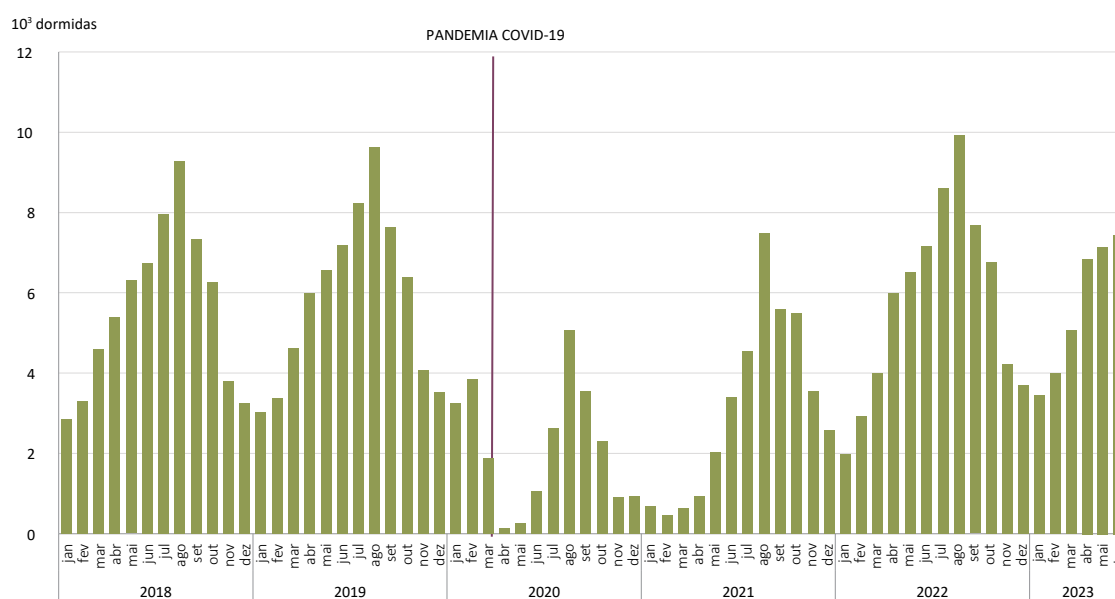
No primeiro semestre de 2023:

- As dormidas aumentaram 18,8% face a janeiro-junho de 2022 (+7,7% nos residentes e +24,2% nos não residentes); e
- Comparando com o mesmo período de 2019, as dormidas cresceram 10,7% (+13,2% nos residentes e +9,6% nos não residentes).

No segundo trimestre de 2023, em termos homólogos:

- As dormidas aumentaram 8,9% (+8,7% face ao 2.º trimestre de 2019); e
- As dormidas de residentes diminuíram 0,2% (+9,4% em relação ao 2.º trimestre 2019) e as de não residentes cresceram 12,9% (+8,4% comparando com o 2.º trimestre 2019).

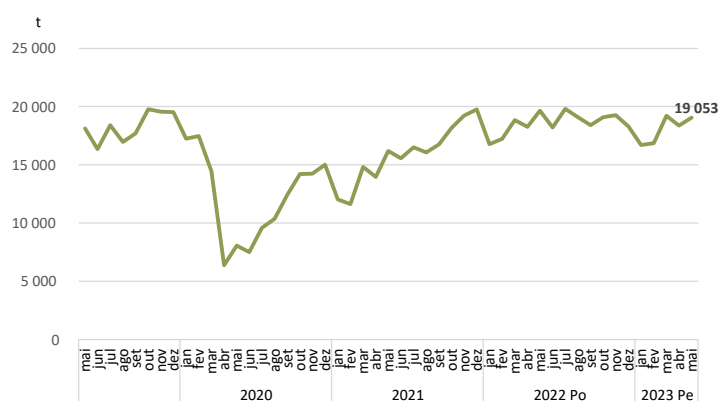
Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por mês



Em junho de 2023, 14,7% dos estabelecimentos de alojamento turístico estiveram encerrados ou não registaram movimento de hóspedes (19,0% no mês anterior).

² Com base nos resultados provisórios de dormidas em 2022.

Carga/correio nos aeroportos nacionais



Nota: Po = Valores provisórios; Pe = Valor preliminar.



De janeiro a maio de 2023:

- Relativamente ao período homólogo do ano anterior, o número de passageiros aumentou 33,6%, enquanto o movimento de carga e correio registou um ligeiro decréscimo (-0,6%);

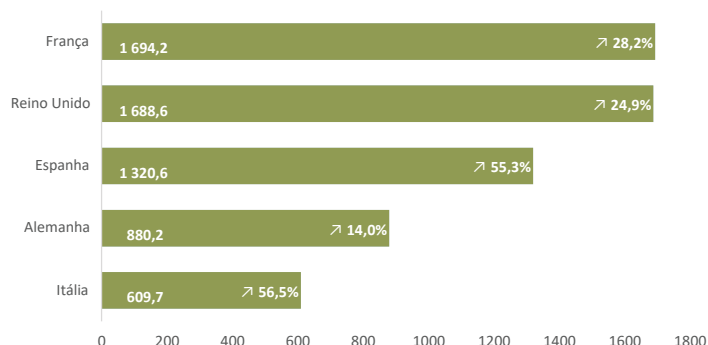
Comparando com o mesmo período de 2019, o número de passageiros cresceu 13,0% e o movimento de carga e correio aumentou 9,5%;

- O aeroporto de Lisboa movimentou 51,8% (cerca de 12,9 milhões) do total de passageiros, o que representa um aumento de 36,9% comparando com igual período de 2022 (+10,1% face ao mesmo período de 2019);

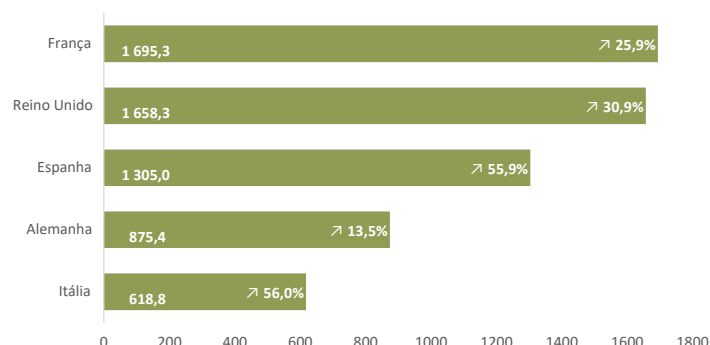
O aeroporto do Porto concentrou 22,7% do total de passageiros movimentados e, face a janeiro-maio de 2022, teve um acréscimo de 32,0% (+14,5% comparando com igual período de 2019); e

O aeroporto de Faro registou um crescimento de 24,0% (+6,2% face a janeiro-maio de 2019).

Passageiros desembarcados, por principais países de origem, janeiro-maio de 2023 (milhares e variação homóloga)



Passageiros embarcados, por principais países de destino, janeiro-maio de 2023 (milhares e variação homóloga)



Mais informação:
Estatísticas Rápidas do Transporte Aéreo – maio de 2023
13 de julho de 2023

Preços na produção diminuem mais intensamente e preços no consumidor prolongam trajetória de desaceleração

Enquadramento externo

Na Área do Euro, em junho:

- O indicador de sentimento económico diminuiu, prolongando o perfil descendente observado desde fevereiro; e
- Os preços das matérias-primas e do petróleo apresentaram variações em cadeia de 1,1% e -0,6%, respetivamente (-6,1% e -10,0% em maio).

Em Portugal

No que respeita ao Índice de preços na produção industrial (IPPI):

- O IPPI apresenta um perfil descendente ininterrupto desde julho de 2022, registando taxas de variação homóloga negativas entre abril e junho de 2023 (-0,9%, -3,5% e -5,8%, respetivamente), o que não acontecia desde fevereiro de 2021, após crescimentos de 8,9% e 0,1% em fevereiro e março;
- O agrupamento “Energia” foi decisivo para a redução do IPPI, com taxas de -20,8% e -24,7% em maio e junho, respetivamente. Excluindo a componente energética, este índice desacelerou para 0,8% (2,2% em maio); e
- O índice relativo aos bens de consumo registou uma variação homóloga de 6,4% (8,1% no mês anterior), desacelerando pelo sétimo mês consecutivo, após ter atingido em novembro o valor mais elevado da série (16,2%).

Quanto ao Índice de Preços no Consumidor (IPC), em junho:

- A variação homóloga do IPC diminuiu para 3,4%, taxa inferior em 0,6 p.p. à observada no mês anterior, sendo esta desaceleração em parte explicada pelo efeito de base resultante do aumento de preços dos combustíveis verificado no mesmo mês do ano anterior; e
- O índice referente aos produtos alimentares não transformados desacelerou, passando de uma variação homóloga de 8,9%, em maio, para 8,5%.

Na vertente externa, em maio e em termos homólogos:

- Os preços implícitos das exportações de bens registaram uma taxa de variação de -2,3% (0,7% em abril); e
- Nos preços implícitos das importações de bens, observou-se uma redução de 6,5% (-5,0% em abril).

Os indicadores de curto prazo relativos à atividade económica na perspetiva da produção, disponíveis para maio, apontam para:

- Uma diminuição na Indústria; e
- Uma aceleração nos Serviços e na Construção.

Na perspetiva da despesa, o indicador de atividade económica aumentou de forma mais intensa em maio, verificando-se:

- Um aumento do indicador de investimento; e
- Uma desaceleração do indicador de consumo privado.

Por sua vez, o indicador de clima económico, que sintetiza as questões relativas aos inquéritos qualitativos às empresas, estabilizou em junho, após ter diminuído no mês anterior.

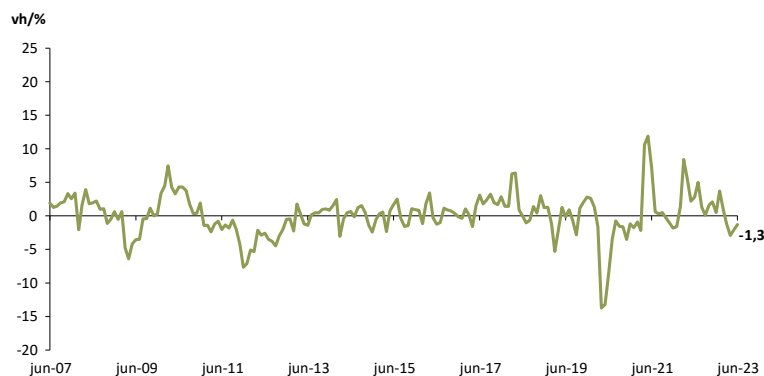
De acordo com as estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego, em maio:

- A taxa de desemprego (16 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, foi de 6,4%, valor inferior em 0,1 p.p. ao registado no mês anterior (6,9% em fevereiro e 6,0% em maio de 2022);
- A taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos) foi de 11,9%, valor idêntico ao registado no mês anterior (12,1% em fevereiro e 11,5% no período homólogo do ano anterior); e
- A população empregada (16 a 74 anos), também ajustada de sazonalidade, aumentou 1,3% em termos homólogos e 0,1% face ao mês anterior (variação homóloga de 1,0% em abril).

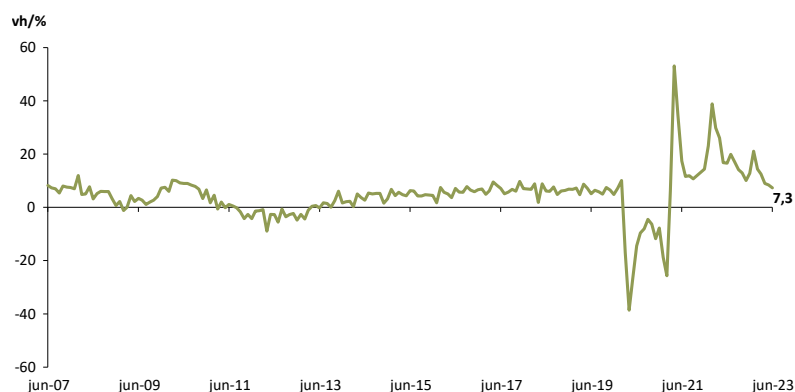
Alguns indicadores adicionais de atividade económica e de consumo privado, relativos a junho (variações homólogas):

- O consumo médio de eletricidade em dia útil registou um decréscimo de 1,3%, o que compara com taxas de -2,9% em abril e -2,1% em maio;

Consumo médio de energia elétrica (em dia útil)



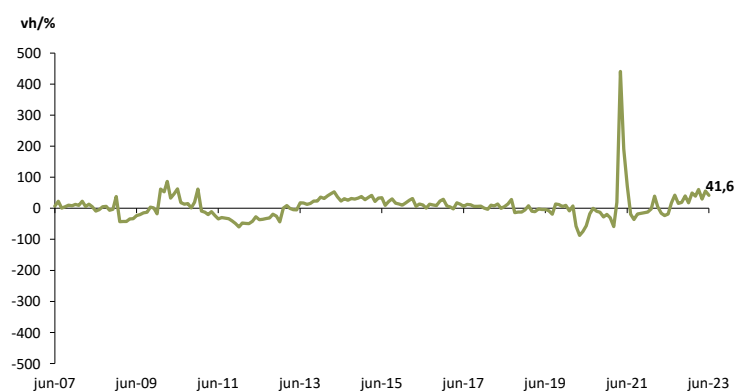
Operações na rede multibanco (valor)



- O montante global de levantamentos nacionais, de pagamentos de serviços e de compras em terminais TPA apresentou um aumento de 7,3% (8,4% no mês anterior);

Excluindo o pagamento de serviços, verificou-se um aumento de 7,5% (7,0% em maio); e

Vendas de automóveis ligeiros de passageiros



- As vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram um crescimento de 41,6%, desacelerando face ao aumento de 55,5% verificado no mês anterior.

Indicador de confiança dos consumidores continua a aumentar e indicador de clima económico diminui

Em julho de 2023:

- O indicador de confiança dos Consumidores prolongou a trajetória ascendente iniciada em dezembro, renovando o valor máximo desde fevereiro de 2022, após ter registado em novembro o valor mais baixo desde o início da pandemia, em abril de 2020;
- O saldo das opiniões dos Consumidores sobre a evolução passada dos preços diminuiu, como sucedera, significativamente, em maio e junho, afastando-se do patamar elevado em que se encontrava;
- O indicador de clima económico diminuiu, após ter estabilizado no mês anterior;
- Os indicadores de confiança:
 - » Diminuíram na “Indústria transformadora”, na “Construção e obras públicas” e nos “Serviços”; e
 - » Aumentam no “Comércio”;
- O saldo das expectativas dos empresários sobre a evolução futura dos preços de venda:
 - » Diminuiu ligeiramente na “Indústria transformadora”, prolongando a trajetória marcadamente descendente iniciada em novembro e atingindo o valor mais baixo desde maio de 2020;
 - » No “Comércio”, atingiu o nível mais baixo desde fevereiro de 2021, dando continuidade às reduções que se verificam desde novembro passado;
 - » Estabilizou na “Construção e obras públicas”, após ter diminuído entre fevereiro e junho, mantendo-se no nível mais baixo desde abril de 2021;
 - » Aumentou nos “Serviços”, após ter também diminuído desde fevereiro.

A recolha de informação na qual se baseia o destaque a partir do qual foi elaborada esta síntese decorreu de 1 a 16 de julho para o inquérito aos consumidores e de 1 a 24 de julho no caso dos inquéritos às empresas.

Indicador de Clima Económico

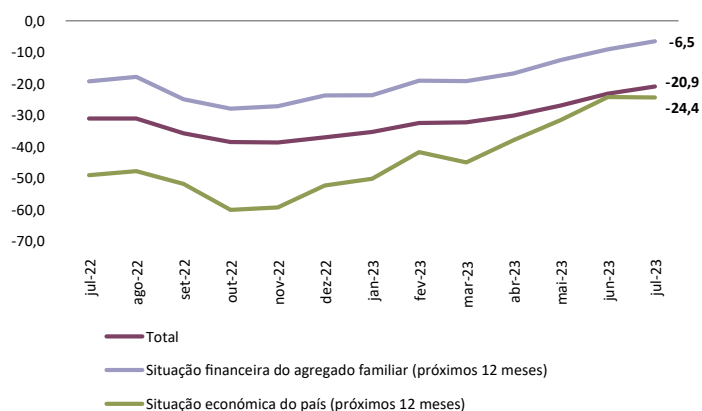


¹ O indicador de clima económico sintetiza os saldos de respostas extremas das questões relativas aos inquéritos às empresas.

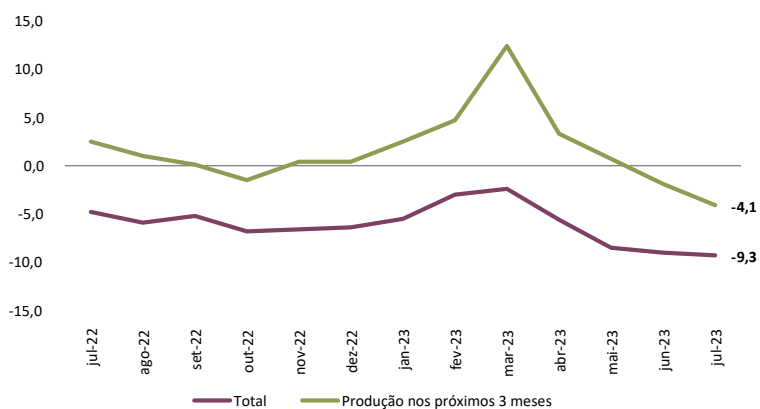
Indicadores de confiança (SRE*)

(valores das séries de base mensais, corrigidos de sazonalidade)

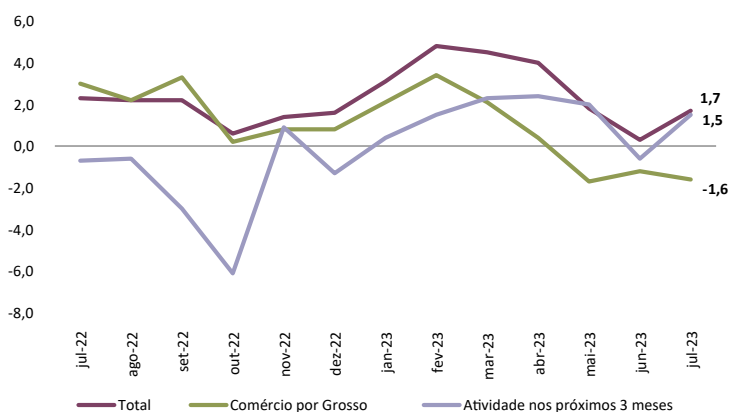
Indicador de Confiança dos Consumidores



Indicador de Confiança da Indústria Transformadora



Indicador de Confiança do Comércio



Indicador de Confiança dos Serviços



* SRE – Saldo de respostas extremas

Mais informação:
Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – julho de 2023
28 de julho de 2023



Vendas no Comércio a Retalho cresceram 4,0%

O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR)¹ registou uma variação homóloga de 4,0% em junho de 2023, acelerando 1,0 p.p. relativamente a maio.

Considerando os agrupamentos que integram este índice, e também face ao mesmo período do ano anterior:

- Os “Produtos Alimentares” registaram um crescimento de 3,7%, superior em 0,9 p.p. à taxa observada em maio; e
- Os “Produtos Não Alimentares” aceleraram 1,1 p.p., para um crescimento de 4,2%.

No âmbito do Comércio a Retalho, registaram-se ainda as seguintes taxas de variação homóloga:

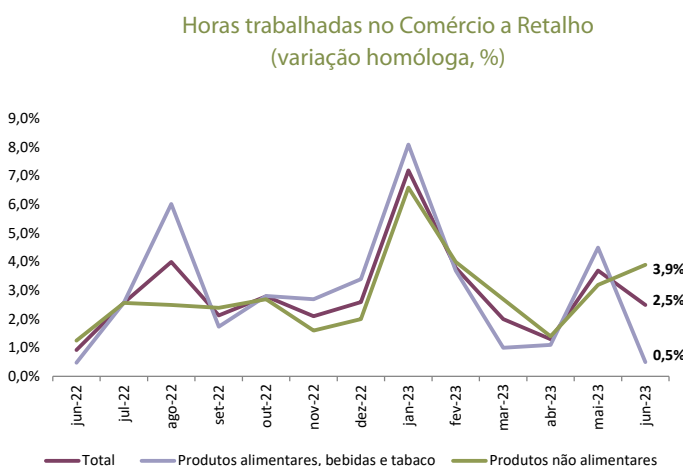
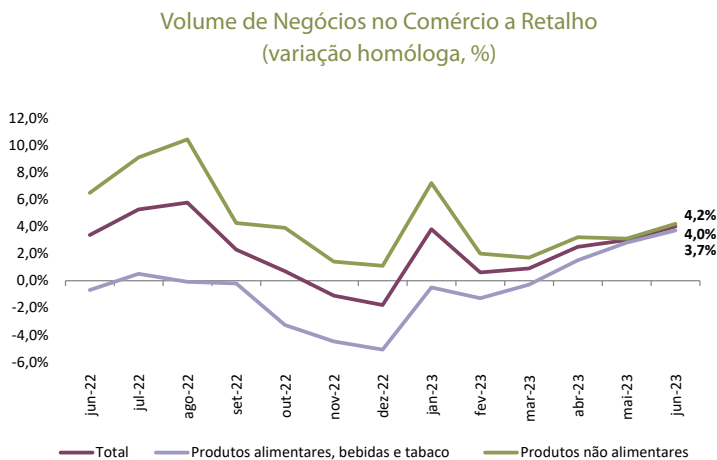
- Índice de emprego: 2,2% (variação igual no mês anterior);
- Índice de remunerações 8,5% (11,4% no mês anterior); e
- Índice de horas trabalhadas : 2,5% (3,7% no mês anterior).

A variação mensal do IVNCR em junho foi de -1,6% (tinha sido de 3,1% em maio).

Em termos nominais, registaram-se em junho as seguintes variações homólogas:

- Índice agregado: 3,5% (4,3% no mês anterior);
- “Produtos Alimentares”: 8,6% (9,7% no mês precedente); e
- “Produtos não Alimentares”: -0,6% (-0,2% em maio).

No segundo trimestre de 2023, as vendas no comércio a retalho aumentaram 3,2% em termos homólogos (1,7% no primeiro trimestre).



¹ Índice total, ajustado de efeitos de calendário e de sazonalidade, deflacionado.

² Índice de horas trabalhadas ajustadas de efeitos de calendário.

Estatísticas agrícolas 2022

O ano agrícola¹ 2021/2022 em Portugal continental foi extremamente quente (o mais quente desde 1931/32) e muito seco. A seca meteorológica de 2022 foi das mais severas desde que existem registos sistemáticos, com praticamente todo o território continental em seca severa e extrema nos meses de fevereiro, maio, junho, julho e agosto.

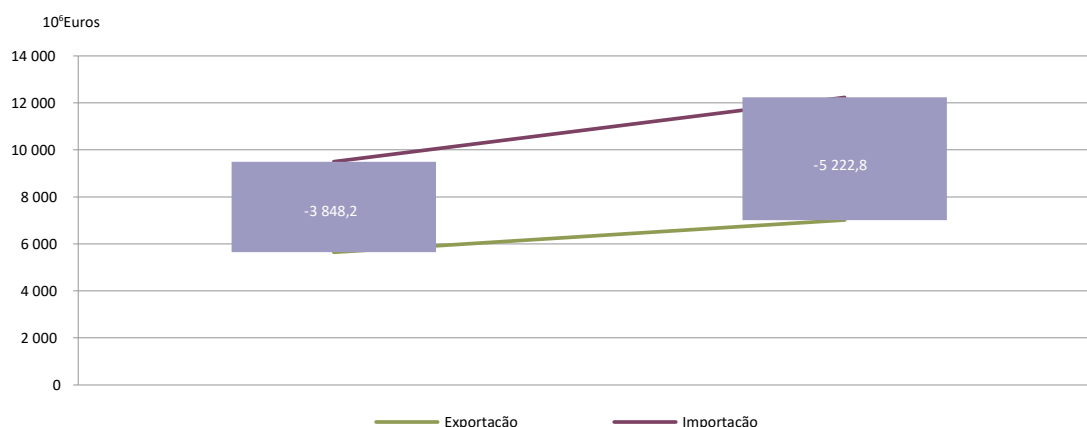
Nestas condições:

- A campanha de cereais de inverno de 2022 foi a pior de sempre, tendo sido inferior, inclusivamente, à produção da campanha de 2012, coincidindo as piores campanhas cerealíferas com as secas mais graves;
- A produção de maçã decresceu 20,9%, relativamente ao ano passado, que foi a segunda colheita mais produtiva dos últimos 35 anos;
- A colheita da pera concluiu-se com quebras de produção de 41,3%, relativamente à campanha anterior, devido às condições meteorológicas adversas e à estenfiliose;
- A queda de cerejas na Cova da Beira foi inferior ao esperado e a colheita decorreu em boas condições, o que contribuiu para uma produção ligeiramente superior à alcançada na campanha passada (+3,1%), sendo a mais produtiva de sempre; e
- Na laranja, o aumento de produção, quer nas variedades temporãs, quer nas tardias, contribuiu para a melhor campanha de sempre, 4,0% acima da produção registada em 2021.

Em 2022:

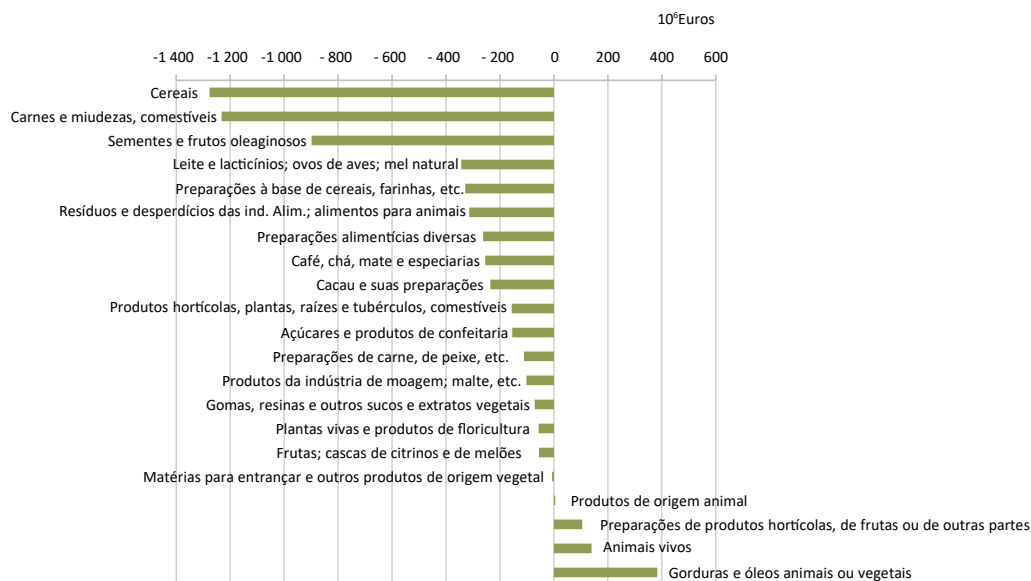
- Deflagraram em Portugal 10 439 incêndios rurais, mais 26,8% de ocorrências face a 2021. O número de ignições, ainda que superior aos dois últimos anos e à média do último quinquénio, foi cerca de metade do número médio de incêndios registados nos últimos 20 anos;
- O défice da balança comercial dos “Produtos agrícolas e agroalimentares” (exceto bebidas) atingiu 5 222,8 milhões de euros, um agravamento de 1 374,5 milhões de euros face ao ano anterior;

Comércio Internacional dos produtos agrícolas e agroalimentares



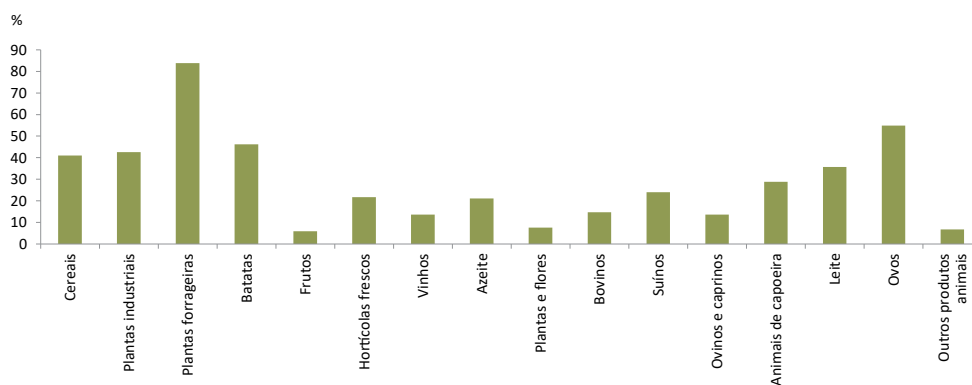
¹ De 1 de novembro a 31 de outubro.

Saldo da Balança Comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares (2022)

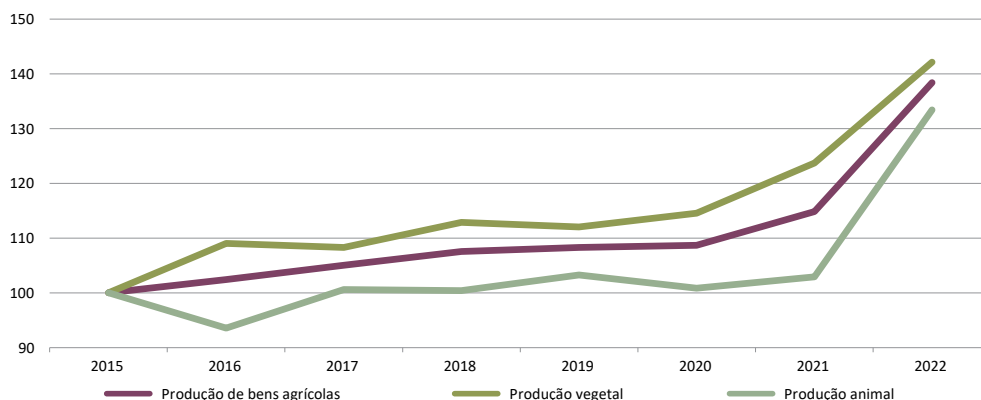


- Agravou-se o défice do grau de aprovisionamento da carne, mas o país manteve um grau de autoaprovisionamento excedentário em leite para consumo público, vinho, azeite e arroz; e
- Registaram-se aumentos muito acentuados:
 - » Do índice de preços de produção dos bens agrícolas. +20,5%;
 - » Do índice de preços dos bens e serviços de consumo corrente na agricultura: +30,0%; e
 - » Do índice de preços dos bens e serviços de investimento da atividade agrícola: +10,7%.

Índices de Preços no produtor de produtos agrícolas, variação 2022/2021



Índices de Preços no produtor de produtos agrícolas Base (2015 = 100)

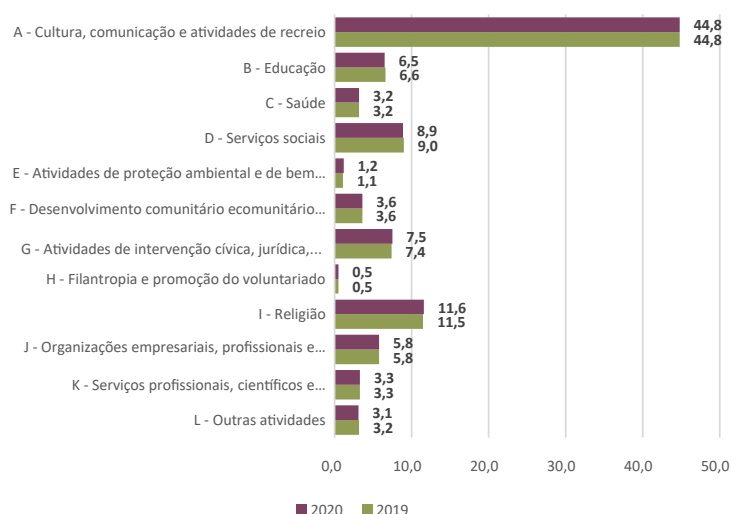


VAB da economia social aumentou ligeiramente em ano de pandemia, passando de 3,0% do VAB nacional, em 2019, para 3,2%

Em 2020 (o primeiro ano em que se sentiram os efeitos adversos da pandemia COVID-19):

- Foram identificadas 73 851 entidades da Economia Social (ES), o que representa um aumento de 0,4% face a 2019 (neste ano, tinha-se registado um acréscimo de 2,3% relativamente à anterior edição da CSES, realizada em 2016);
- À semelhança do observado nas anteriores edições da Conta Satélite da Economia Social (CSES), cerca de 45% das entidades desenvolviam atividades relacionadas com “Cultura, comunicação e atividades de recreio”, quase 12% atuavam no domínio da “Religião” e cerca de 9% foram classificadas na atividade “Serviços sociais”;

Distribuição (%) das entidades da ES (Classificação Internacional de Organizações Sem Fins Lucrativos e do Terceiro Setor)



- O Valor Acrescentado Bruto (VAB) da ES aumentou ligeiramente (0,4%) face a 2019, ao contrário do que se observou na economia nacional, cujo VAB diminuiu 5,8%;

O peso do VAB da ES na economia nacional aumentou para 3,2% (+0,2 p.p. que em 2019);

As entidades da ES geraram ainda:

- » 5,0% das remunerações;
- » 5,2% do emprego total; e
- » 5,9% do emprego remunerado;

A remuneração média nas entidades da ES correspondeu a 85,2% da média nacional;

- Por grupos de entidades da ES, destacaram-se, uma vez mais, as Associações com fins altruísticos (ACFA), que, em conjunto com os Subsetores comunitário e autogestionário (SCA), congregaram mais de 95% do total de entidades e mais de 62% do total do VAB da ES;

Evolução dos principais indicadores – ACFA e SCA

	2019	2020	Taxa de variação (%)
Associações com fins altruísticos +			
Subsetores comunitário e autogestionário (N.º)	70 315	70 613	0,4
VAB (106 euros)	3 535	3 515	-0,5
Remunerações dos empregados (106 euros)	3 036	3 089	1,8
Emprego - ETC (N.º)	159 834	159 590	0,6
Emprego remunerado - ETC (N.º)	158 381	159 590	0,8

- As atividades mais relevantes em termos de VAB e emprego remunerado da ES foram:
 - » A “Saúde”: 25,5% e 33,2%, respetivamente;
 - » Os “Serviços sociais”: 24,9% e 29,9%, pela mesma ordem;

As organizações da “Cultura, comunicação e atividades de recreio” representaram apenas 3,7% do total do VAB e 4,9% do total do emprego remunerado da ES; e

- A maioria das entidades (55,3%) da ES tinha entre 10 e 49 anos de existência.

Produto Interno Bruto em volume cresceu 2,3% em termos homólogos e registou uma taxa de variação nula em cadeia

No 2.º trimestre de 2023:

- O Produto Interno Bruto (PIB), em termos reais, registou uma variação homóloga de 2,3% (2,5% no trimestre anterior);
- O contributo positivo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB foi inferior ao do trimestre precedente, observando-se uma desaceleração das exportações de bens e serviços em volume mais acentuada que a das importações de bens e serviços;

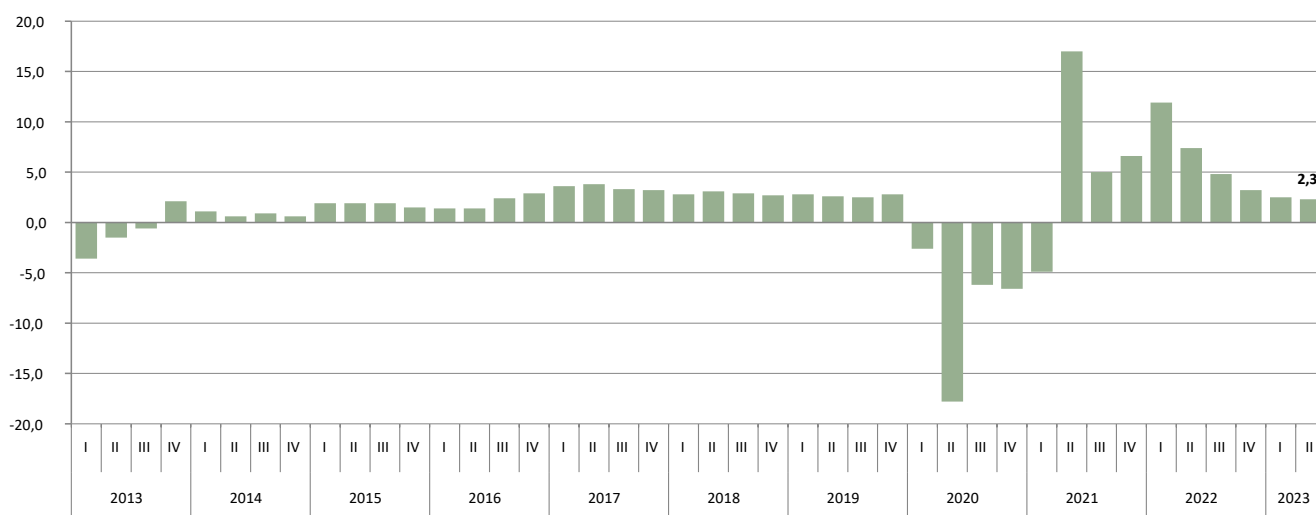
O deflator das importações foi negativo em termos homólogos, reduzindo-se significativamente face ao observado no trimestre anterior, determinando um aumento dos ganhos dos termos de troca, apesar do abrandamento do deflator das exportações; e

- Por sua vez, o contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB aumentou, em comparação com o observado no trimestre precedente, em consequência de uma redução menos pronunciada do investimento e de um ligeiro abrandamento no consumo privado.

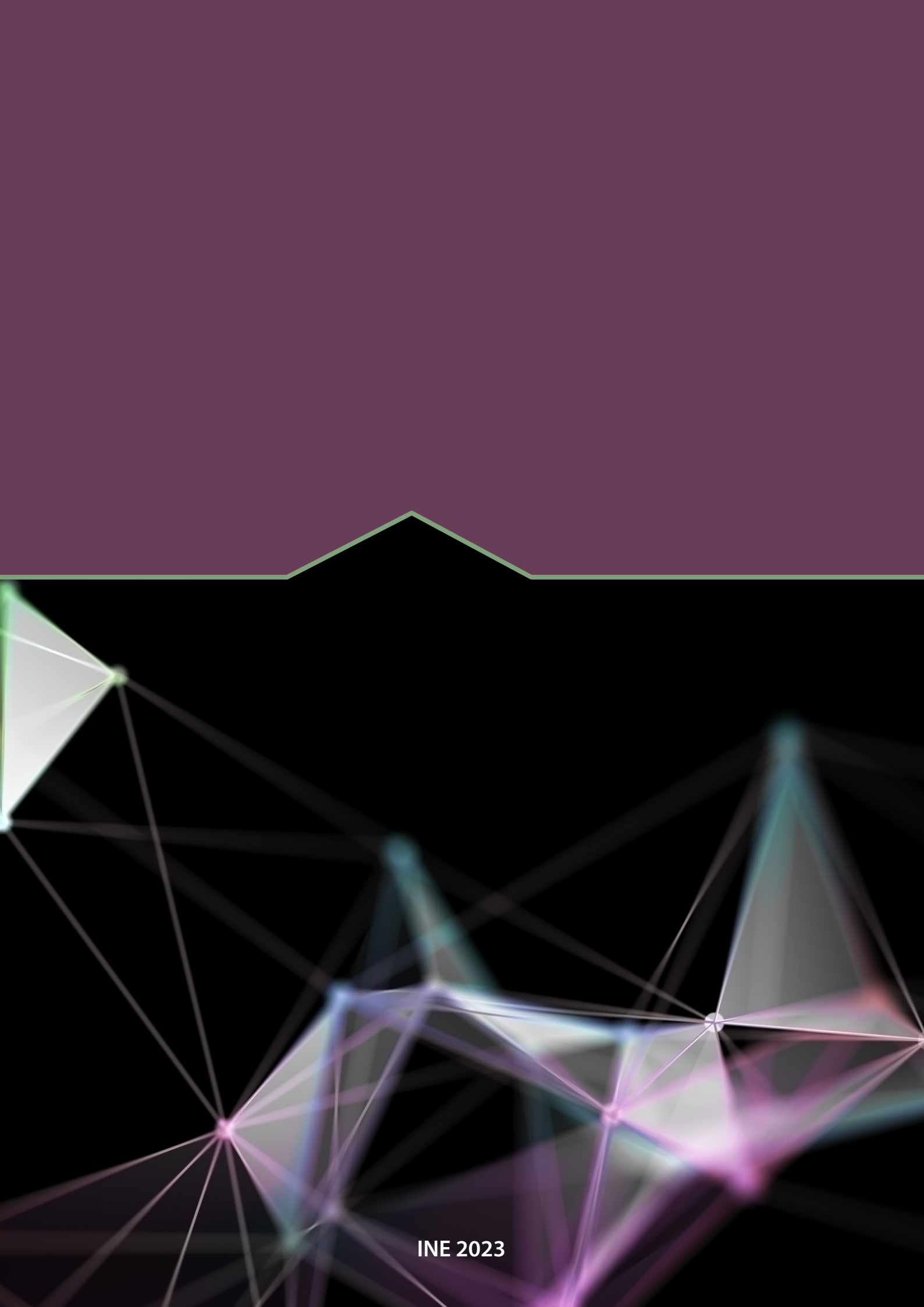
Comparando com o 1.º trimestre de 2023:

- O PIB registou uma taxa de variação nula (crescimento em cadeia de 1,6% no trimestre anterior); e
- O contributo da procura externa líquida para a variação em cadeia do PIB, que tinha sido positivo no trimestre anterior, passou a negativo, pois o aumento do contributo da procura interna, que refletiu a aceleração do consumo privado, não compensou o comportamento das exportações.

Produto Interno Bruto em volume (ano de referência=2016)
Dados ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário
Taxa de variação homóloga trimestral, %



Mais informação em:
Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida, 2.º trimestre de 2023
31 de julho de 2023



INE 2023